

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

FRANCIELLY GOULART ARCENO

**A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS NO SETOR DE SERVIÇOS POR
REGIÕES BRASILEIRAS (2006-2016)**

CRICIÚMA/SC

2018

FRANCIELLY GOULART ARCENO

**A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS NO SETOR DE SERVIÇOS POR
REGIÕES BRASILEIRAS (2006-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Profa. Giovana Ilka Jacinto Salvaro

CRICIÚMA/SC

2018

FRANCIELLY GOULART ARCENO

**A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS NO SETOR DE SERVIÇOS POR
REGIÕES BRASILEIRAS (2002-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 25 de Junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutorado - (UNESC) - Orientadora

Prof. Thiago Rocha Fabris – Mestre (UNESC)

Prof. – Rafael Rodrigo Mueller - Doutor - (UNESC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, por ter me fortalecido ao ponto de superar as dificuldades e também por toda saúde que me deu e que permitiu alcançar esta etapa tão importante da minha vida.

Aos meus pais, meu namorado, família e amigos que, com muito amor, carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Obrigada por estarem sempre ao meu lado. Meu amor por vocês é imenso.

E o agradecimento especial é para a minha orientadora, professora Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro, obrigada por exigir de mim muito mais do que eu supunha ser capaz de fazer, obrigada pela sabedoria, determinação, pela paciência enorme em me orientar e dedicando parte do seu tempo a mim; por fazer parte da minha monografia, por ter confiado em mim e, principalmente, pela amizade, durante todo o processo. Serei eternamente grata a você, desejo tudo de melhor em sua vida.

Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, seja de forma direta ou indireta, fica registrado aqui, o meu muito obrigada!

RESUMO

A pesquisa descreveu como ocorreu a participação de trabalhadoras no setor de serviços por regiões brasileiras, no período de 2006-2016. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo teve como finalidade uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa; foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental; a coleta de dados, por meio da pesquisa documental, foi realizada na base de dados do na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A pesquisa mostrou que em todas as regiões brasileiras as mulheres ainda sofrem discriminações e, mesmo sendo a maioria em quase todas as regiões e mais escolarizadas, ganham menos que os homens no setor de serviços. No ano de 2016, na Região Centro-Oeste, do total de trabalhadoras, 39,59% tinham o ensino superior completo, 1,32% mestrado e 0,39% doutorado; do total de trabalhadores, 26,45% tinham o ensino superior completo, 1,03% mestrado e 0,36% doutorado. Na Região Centro-Oeste e na Região Sudeste, em ambos os anos analisados, predominou a faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos para as trabalhadoras; para os trabalhadores, predominou de 1,51 a mais de 20,00 salários mínimos.

Palavras-chave: mulheres; setor de serviços; participação de trabalhadoras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Brasil – Regiões e Estados	29
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo - Regiões Brasileiras (2006-2016)	56
Gráfico 2 - Participação total de trabalhadores/as por sexo e faixa etária - Regiões Brasileiras (2006-2016)	58
Gráfico 3 - Participação total de trabalhadores/as por sexo e escolaridade – Regiões Brasileiras (2006-2016)	59
Gráfico 4 - Participação total de trabalhadores/as por sexo e faixa salarial – Regiões Brasileiras (2006-2016)	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo – Regiões Brasileiras (2006 -2016)	31
Tabela 2-Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE e por sexo - Região Norte (2006 -2016).....	34
Tabela 3-Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e por faixa etária – Região Norte (2006-2016).....	35
Tabela 4- Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade – Região Norte (2006 -2016)	36
Tabela 5-Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Norte (2006-2016)	37
Tabela 6 - Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE- Região Nordeste (2006-2016)	38
Tabela 7 - Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa etária –Região Nordeste (2006-2016)	39
Tabela 8 - Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo escolaridade – Região Nordeste (2006-2016).....	40
Tabela 9 - Participação trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Nordeste (2006-2016).....	41
Tabela 10 - Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE- Região Centro-Oeste (2006-2016)	43
Tabela 11 - Participação de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo e faixa etária –Região Centro-Oeste (2006-2016)	44
Tabela 12 - Participação trabalhadores/as ocupada no setor de serviços, por sexo e escolaridade – Região Centro-Oeste (2006-2016).....	45
Tabela 13- Participação trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Centro-Oeste (2006-2016).....	46
Tabela 14- Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE e sexo- Região Sudeste (2006-2016)	47
Tabela 15- Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa etária – Região Sudeste (2006-2016)	48
Tabela 16- Participação de trabalhadores/as setor de serviços, por sexo e escolaridade – Região Sudeste (2006-2016)	49

Tabela 17- Participação trabalhadores/as ocupada no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Sudeste (2006-2016)	50
Tabela 18- Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE- Região Sul (2006-2016).....	52
Tabela 19- Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo faixa etária –Região Sul (2006-2016)	53
Tabela 20- Participação trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade – Região Sul (2006-2016).....	53
Tabela 21- Participação trabalhadores/as ocupada no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Sul (2006-2016)	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 ECONOMIA E PROCESSO DE TRABALHO	14
2.2 A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS NO SETOR DE SERVIÇOS.....	17
2.2.1 Setor de serviços: apontamentos conceituais	17
2.2.2 Divisão sexual do trabalho e a participação de trabalhadoras/es no setor de serviços	21
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	29
3.1 SOBRE AS REGIÕES DE ESTUDO E A REPRESENTATIVIDADE DO SETOR DE SERVIÇOS.....	29
3.2 REGIÃO NORTE	33
3.3 REGIÃO NORDESTE.....	38
3.4 REGIÃO CENTRO-OESTE	43
3.5 REGIÃO SUDESTE	47
3.6 REGIÃO SUL	51
3.7 SÍNTESE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS INDICADORES POR REGIÕES BRASILEIRAS E DISCUSSÃO A PARTIR DE OUTROS ESTUDOS EMPÍRICOS ..	56
3.7.1 Participação total de trabalhadores/as por sexo	56
3.7.2 Participação total de trabalhadores/as por sexo e faixa etária	58
3.7.3 Participação total de trabalhadores/as por sexo e escolaridade	59
3.7.4 Participação total de trabalhadores/as por faixa salarial (S/M)	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho chama atenção pelo aumento, principalmente no setor de serviços, onde são maiores que a participação masculina (MELO; DI SABBATO, 2011), mas, mesmo sendo a maioria, as mulheres ainda sofrem com as desigualdades de condições em relação aos homens. A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho vem sendo debatida, principalmente, com base em estudo sobre a divisão sexual do trabalho e de gênero. Segundo Hirata e Kergoat (2007, p.599), na divisão sexual do trabalho, existem princípios válidos para todas as sociedades: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”.

Considerando o breve contexto apresentado, a pesquisa tem como tema a participação de trabalhadoras no setor de serviços por regiões brasileiras, no período de 2006-2016¹. Como objetivo geral, a pesquisa descreveu como ocorreu tal participação de trabalhadoras no setor de serviços por regiões brasileiras, no período de 2006-2016. Para alcance do objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: (1) apresentar a participação total de homens e mulheres nos grandes setores econômicos, por regiões brasileiras e por sexo, no período de 2006-2016; (2) apresentar e analisar os índices de participação feminina e masculina no setor de serviços, por regiões brasileiras; (3) descrever o perfil da participação feminina e masculina no setor de serviços, por regiões brasileiras, por faixa etária e escolaridade; (4) apresentar a faixa salarial de homens e mulheres no setor de serviços, por regiões brasileiras; (5) com base nos estudos já realizados sobre o tema, analisar como ocorre a divisão sexual do trabalho no setor de serviços.

A pesquisa se justifica, pelo fato de que as mulheres ainda sofrem discriminações no mercado de trabalho e também na sociedade na qual estão inseridas. As discriminações estão, principalmente, no acesso aos postos de trabalho com cargos de níveis mais altos. Os estudos sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, assim como as desigualdades de gênero despontam como temas recorrentes na literatura brasileira e internacional. Portanto, torna-se importante a necessidade de analisar mais profundamente a inserção das

¹ A delimitação do período se refere aos dados de escolaridade disponíveis por meio da RAIS.

mulheres no mercado de trabalho e no setor de serviços, área onde elas são a maioria. É de grande relevância conhecer os pontos fortes das mulheres no âmbito setorial e descrever o perfil populacional da participação feminina no setor de serviços, por grandes regiões brasileiras.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo teve como finalidade uma pesquisa descritiva sobre características de determinadas populações ou fenômenos (GIL, 2010), de abordagem qualitativa, por meio da qual pretendeu descrever como ocorreu a participação de trabalhadoras no mercado de trabalho, especificamente, no setor de serviços, reunindo dados e informações a respeito do processo. Quanto ao delineamento, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, a partir da análise de fontes primárias e secundárias, respectivamente, que abordam, de diferentes maneiras, o tema escolhido para estudo; a pesquisa documental é semelhante à bibliográfica e se diferencia pela natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2010).

Nos procedimentos de coleta de dados, a revisão da literatura, que compreende o estudo do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, foi realizada em livros, artigos, relatórios, dissertações. A coleta de dados, por meio da pesquisa documental, foi realizada na base de dados do na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)², gerenciada pelo Ministério do Trabalho, que tem por objetivo “o suprimento às informações referentes ao suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho, e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais”.

Os dados foram obtidos e reunidos de acordo com os objetivos específicos da pesquisa e analisados a partir da abordagem quantitativa, de forma descritiva e comparada. Foram apresentados índices da participação total de homens e mulheres nos grandes setores econômicos, por regiões brasileiras e por sexo, no período de 2006-2016, os índices de participação feminina e masculina, o perfil da participação feminina e masculina, por faixa etária e escolaridade, a faixa salarial de mulheres e homens no setor de serviços por regiões brasileiras.

² Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>>. Acesso em: 23 abr.2018.

Para a apresentação da pesquisa, o trabalho foi organizado da seguinte forma: introdução, fundamentação teórica, apresentação e análise dos dados e considerações finais. Na introdução, como visto, foi apresentado o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), justificativa, procedimentos metodológicos e organização do trabalho. A fundamentação teórica começa por uma breve análise sobre a economia e o processo de trabalho, baseado em Marx; no decorrer do capítulo, trata do setor de serviços e seus apontamentos conceituais, também sobre a divisão sexual do trabalho, abordando gênero, e sobre a participação feminina no mercado de trabalho. Na apresentação e análise dos dados, apresenta-se a participação total de homens e mulheres nos grandes setores econômicos, os índices de participação de trabalhadores/as no setor de serviços, de acordo com o sexo, para melhor análise e comparação entre ambos, por faixa etária, escolaridade, faixa salarial, organizados por regiões brasileiras, no período de 2006-2016. Nas considerações finais, são ressaltadas algumas das questões centrais da análise, limites da pesquisa e indicação de estudos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem por objetivo abordar a participação feminina no setor de serviços. Começando por uma breve análise sobre a economia e o processo de trabalho, baseado em Marx. Pretende-se, no decorrer deste capítulo, falar sobre o setor de serviços e seus apontamentos conceituais, também sobre a divisão sexual do trabalho, abordando gênero, e sobre a participação feminina no mercado de trabalho.

2.1 ECONOMIA E PROCESSO DE TRABALHO

O conceito de trabalho vem se transformando ao longo do tempo, alguns entendem como a forma na qual os homens se organizam para produzir bens e serviços necessários para a sua sobrevivência, e também o trabalho pode ser entendido como um conjunto de atividades realizadas, por meio do esforço realizado por indivíduos, com o objetivo de atingir uma meta.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças de seu corpo-braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se de recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais. (MARX, 2016, p.211).

Os elementos componentes do processo de trabalho são: o próprio trabalho; o objeto de trabalho; e os meios de trabalho, o instrumental do trabalho. (Marx 2016). “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho.” (MARX, 2016, p. 212). Quando o objeto de trabalho passa pelo processo, sofre a alteração, é que é matéria-prima, ou seja, a matéria a qual se aplica o trabalho. “Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza.” (MARX, 2016, p.212).

“O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade

sobre esse objeto” (MARX, 2016, p.213). Ele usa todas as propriedades das coisas, e faz com que atuem como forças de acordo com o seu fim. Entre os meios de trabalho estão inclusas as condições necessárias para possibilitar o processo de trabalho, como a terra, instrumentos de trabalho e transporte, os meios de produção e circulação da riqueza, dentre outras, que não fazem parte direta da produção, mas são importantes para a realização do processo de trabalho.

Além das coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem, de qualquer modo, para conduzir atividade, consideramos meios de trabalho, em sentido lato, todas as condições materiais, seja como for, necessárias a realização do processo de trabalho. Elas não participam diretamente do processo, mas este fica, sem elas, total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se. (MARX, 2016, p. 214).

Conforme esclarece Marx (2016, p.214), “no processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho.” Acontece a transformação do objeto em produto; o objetivo do trabalho é que, desde o início de seu processo, obtenham-se valores de uso, de modo que as matérias naturais sejam destinadas à satisfação de necessidades humanas. “O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma”. (MARX, 2016, p. 214).

Se observar que todo o processo visando o resultado, o produto, verifica-se que o meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo. “Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, participaram da sua feitura, como meios de produção, outros valores de uso, produtos de anteriores processos de trabalho”. (MARX. 2016, p.215).

Todo produto de um trabalho é um meio de produção de outro e os produtos que servem como meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho. “O mesmo produto pode, no processo de trabalho, servir de meio de trabalho e de matéria-prima”. (MARX, 2016, p.216). Quando os produtos servem de meios de produção em novos processos de trabalho, eles perdem o caráter de produto e são apenas fatores materiais desse processo.

“O produto, de propriedade capitalista, é um valor de uso: fios, calçados, etc.” (MARX, 2016, p 220). O capitalista na produção de mercadorias não é movido amor

aos valores de uso, e sim produzem para serem detentores de valor de troca. Ele quer produzir um produto destinado à venda, ou seja, a mercadoria. E também quer produzir uma mercadoria que o valor de venda supere os valores necessários para produzi-la. "Além de um valor de uso, quer produzir uma mercadoria; além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia)." (MARX, 2016, p. 220).

De acordo com Marx (2016, p.220), "sabemos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção." A partir destes processos, a mercadoria adquire valor, que foi objetivado por meio das diversas quantidades de tempo de trabalho gastas em sua produção.

No tocante ao valor do fio, o tempo de trabalho necessário a sua produção, podemos considerar fases sucessivas de um mesmo processo de trabalho os diversos processos especiais de trabalho, separados no tempo e no espaço, a serem percorridos para produzir o próprio algodão, a parte consumida dos fusos e, finalmente, o fio com o algodão e os fusos. (MARX, 2016, p.221).

Com a flexibilização dos processos de trabalho e produção se tornam uma potência da capacidade produtiva da força de trabalho, e com isso permitem a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho. A acumulação flexível "se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo." (IANNI, 1994, p.4). E com isso, surgiram "setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional." (IANNI, 1994, p.4).

Ocorreram rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual entre setores e regiões geográficas, envolvendo a acumulação flexível, criando um vasto movimento no emprego no setor de serviços, e conjuntos industriais novos em regiões subdesenvolvidas. Com essa acumulação flexível tem como consequência os "níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural' (em oposição a 'friccional'), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas do regime fordista." (IANNI, 1994, p.4).

O mercado de trabalho se reestruturou diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro. Os patrões se aproveitaram de que o poder sindical havia enfraquecido e da grande mão de obra excedente e estabeleceram regimes e os contratos de trabalho mais flexíveis.

O esboço inicial de aspectos mais gerais da economia na sua relação com o processo de trabalho permite destacar a apropriação da força de trabalho em um mercado dinâmico, mas que reproduz determinado sistema laboral, por meio do qual o trabalho se apresenta como mercadoria com valor de troca, conforme descrito por Marx. Sendo assim, em conformidade com a proposta de pesquisa, no tópico seguinte, busca-se discorrer sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e, de forma específica, sobre a participação no setor de serviços enquanto um dos grandes setores da economia brasileira e, de forma mais específica, sobre a participação das trabalhadoras, de modo a abranger a delimitação central da temática que mobiliza a investigação.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORAS NO SETOR DE SERVIÇOS

Neste capítulo, será abordado sobre a participação das trabalhadoras no setor de serviços, da realidade do mercado de trabalho e do lugar ocupado pelas mulheres na estrutura econômica. Observa-se que, apesar do avanço da participação feminina no mundo do trabalho, trata-se, ainda, de uma distribuição desigual das ocupações entre os sexos.

2.2.1 Setor de serviços: apontamentos conceituais

Nos anos 1930, o setor de serviços começou a ser analisado e considerado para a economia, chamado de "Terciário", pelos principais autores Fisher (1933) e Clark (1940), conforme observam Melo et al. (1998). Foi só em 1940, que Clark substituiu a expressão "terciário" por "serviços", considerando que seria mais adequada para expressar a grande variedade de atividades, conforme observam Melo et al. (1998). Ainda, de acordo com os autores, o setor de serviços adquiriu

uma grande importância no emprego e um crescente peso nas transações no comércio internacional e gerais da economia.

No cenário da industrialização, existem alguns nomes que são dados para o setor de serviços como: “terciário”, “residual” ou “pós-industrial”. O termo “terciário”, como já referenciado, foi criado por Fischer em 1935 (KON, 1992 apud KON, 1999, p.71), juntamente com os termos “primário” e “secundário”, ou seja, referiam-se aos setores agropecuários e manufatureiros, esses termos eram utilizados na Austrália e Nova Zelândia. “Ridley dá uma outra conotação às atividades de serviços: enquanto as atividades extrativas (agricultura, pesca, caça, extração vegetal, mineração ou extração mineral, são essências para a sobrevivência física, as atividades de serviços são essenciais para o bem-estar-social.” (KON, 1999, p. 71).

Em 1940, segundo Kon (1999), Colin Clark usou para o setor de serviços o conceito de “residual”. O significado de resíduo, entendemos é que é uma parcela pouco significativa que resta de um todo, “no caso do setor de serviços esse conceito está longe da verdade, pois este setor representa, em média, na maior parte das economias desenvolvidas e em desenvolvimento, o maior dos três setores econômicos.” (KON, 1999, p. 72).

De acordo com mesma autora, em 1973, Bell chamou de “pós-industrial” o setor de serviços, e a sociedade pós-industrial, para referir-se a sociedade dominante no setor de serviços. “Isto pretendia significar que as indústrias de serviços não haviam se desenvolvido antes que a industrialização ou o desenvolvimento manufatureiro ocorresse.” (KON, 1999, p. 73).

O uso de novas tecnologias vem exigindo novos serviços e fazendo de muitos insumos importantes para os outros setores econômicos, principalmente a indústria.

Este processo trouxe consigo novas exigências para a sociedade no campo da educação, do treinamento/conhecimento e da saúde. Tais considerações reforçam a idéia da dificuldade de se definir adequadamente o setor Serviços. Evidenciam a impossibilidade de se conferir tratamento homogêneo a serviços tão díspares como os serviços financeiros, jurídicos, de informática, comunicações, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem, estes na vanguarda tecnológica, e seus aliados tradicionais, os serviços de transportes, comércio, armazenagem. A estes juntam-se ainda os serviços oferecidos à sociedade pela administração pública, defesa/segurança nacional, saúde e educação e os serviços privados ofertados para o atendimento da demanda individual. (MELO et al., 1998, p.4).

A produção dos serviços encontra grandes dificuldades ao avanço de produtividade e, na década de 1960, acontece o fenômeno importante: a elevação

de seus preços relativos, explicada, fundamentalmente, “pela constatação de que, por se tratar de atividades intensivas em trabalho e encontrar dificuldades para a substituição deste fator, a produção dos serviços encontra fortes barreiras no que diz respeito ao avanço de produtividade.” (MELO et al., 1998, p.4). No período analisado pelos autores, esse fenômeno está no centro das preocupações das análises sobre o setor. Nessas condições, “a uniformização dos salários reais na economia, acompanhada de uma relativa inelasticidade-preço dos produtos de serviços implicaria uma elevação de seus preços.” (MELO et al., 1998, p.4).

A elevação dos preços dos serviços carrega implicações para a mudança estrutural do setor, manifesta na substituição de um grande número de serviços pessoais por auto-serviços (self-servicing) ou por bens. Entretanto, alguns segmentos não foram (e, em alguma medida, ainda não são) passíveis de ter suas tarefas substituídas por máquinas ou por auto-serviços. Alguns destes serviços são, em muitos países, prestados, em grande proporção, pelo Estado. O crescimento de seus custos tem sido, muitas vezes, utilizado como explicação para a chamada crise do “Estado de Bem-Estar” nas economias da Europa Ocidental. (MELO et al., 1998, p.5).

A partir dos anos 1970, a produção flexível vai se tornando lentamente a principal impulsora das transformações organizacionais e produtivas na área nacional e internacional. "A idéia que começou a tomar corpo mais recentemente considera que os serviços representam elementos básicos do processo industrial manufatureiro constituindo freqüentemente o fator essencial para a obtenção do sistema de produção flexível." (KON, 2007, p.132). O paradigma muito falado por todos, foi tornar-se a antítese do sistema rígido inerente à produção de massa fordista, ou seja, a contradição do sistema, "ao implicar em processos de produção e de mercado de trabalho, que englobam formas de automação da produção, mas que, apesar de serem flexíveis, são programáveis." (KON, 2007, p.132).

As estruturas do mercado de trabalho resultantes são mais fluidas e as unidades de atividades econômicas em geral são mais fragmentadas, embora com fortes interconexões “insumo-produto”. A gradual eliminação da integração vertical, anteriormente existente no interior das empresas, é uma das principais características da produção flexível e a parte do processo produtivo externalizada compreende, na maior parte das vezes, atividades de serviços que não constituem o foco central do processo produtivo, e em relação aos quais a razão custo/benefício da empresa com respeito à manutenção do controle se torna positiva. (KON, 1996 apud KON, 2007, p.132).

Com base nos estudos de Coffey e Baily (1993) e Melchert (2003), Kon (2007, p.132) faz referência ao fato de que com as “mudanças dos paradigmas produtivos e

organizacionais, atividades não estratégicas e auxiliares que passaram a ser externalizadas ou terceirizadas” contribuíram para instituir novos sistemas de conexão interfirmas e entre firmas; com isso surgiu uma “rede de pequenas e médias empresas especializadas que apoiam atividades de uma central produtiva.” A autora observa que, como uma organização de paradigma fordista anterior, agora passa a ter outra ideia que seria a organização de firmas, a saber: ao mesmo tempo em que as economias de escala (que considera a relação do custo médio por unidade com o volume produzido) e de escopo (em que a redução do custo médio se dá pela produção conjunta de mais de um produto ou serviço) internas começaram a serem substituídas por economias de escala externas, criando economias de aglomeração, caracterizadas pela concentração da instalação de empresas produtivas ou de atividades econômicas em uma determinada região do espaço geográfico.

A flexibilização dos processos produtivos e dos mercados trouxe ainda a necessidade do processamento de uma série de informações relacionadas ao aumento da complexidade dos ambientes externos e internos às empresas, bem como da competitividade nacional e internacional associada à agilização e constância da renovação destas informações (KON, 2003, p. 187apud KON, 2007, p.132).

Na economia mundial contemporânea, os serviços têm o papel de facilitar as transações econômicas e também de atendimento ao consumo final das sociedades. Em 1980, houve um grande interesse em analisar a produção de serviços nos países desenvolvidos, pois essas atividades são principais na geração empregos e “a competição nos mercados mundiais leva a necessidade do consumo crescente de serviços, de uma forma mais barata, veloz e eficiente.” (KON, 1999, p.64).

Conforme observa Kon (1999, p.66), “as tecnologias da informação e das comunicações têm conduzido à industrialização dos serviços, à inovação organizacional e as novas formas de comercialização dos serviços”, envolvendo o relacionamento produtor e consumidor, causando formas modificadas ou novas modalidades de serviços, alguns dos exemplos são: “atividades bancárias, de venda e turística via telefone”. “Embora os serviços privados tenham recebido maior atenção nos estudos recentes, os serviços públicos agregam uma grande parte do emprego em serviços.” (KON, 1999, p.69). As organizações locais e nacionais atuam juntamente com o um setor privado menor, exemplos são a educação, saúde e a segurança. Nos serviços públicos há uma tendência de análise não só por critérios

econômicos de lucros ou custos, mas por fatores sociais envolvendo “a possibilidade de acesso dos consumidores e a qualidade do produto.” (KON, 1999, p.69).

Alguns serviços públicos são chamados de “bens públicos puros’, que não podem ser fornecidos pelo setor privado ou por indivíduos, como por exemplo, defesa, funções administrativas e regulatórias da área pública.” (KON, 1999, p.69). Na maioria dos governos, os “monopólios naturais” são de propriedade pública, principalmente “no controle de redes da infraestrutura econômica, como as telecomunicações, rede de transportes, e o controle público é muitas vezes justificado por considerações de segurança nacional em áreas estratégicas.” (KON, 1999, p. 70). Essas justificativas têm sido questionadas, surgindo aumento na tendência a desregulação ou privatizações dessas atividades, com o objetivo de “atrair investimentos e capital privado, por exemplo, nas telecomunicações, energia elétrica, suprimento de água, transporte aéreo e ferroviário.” (KON, 1999, p. 70).

A exposição conceitual enfatiza a centralidade do setor de serviços e o modo como se organiza em uma dinâmica econômica de mudanças recentes. Sobre tal aspecto e, tendo em vista, o aumento da participação de mulheres no setor de serviços como efeito da divisão sexual do trabalho, segue-se com a definição do referido termo e com a exposição de alguns dos aspectos da participação feminina no setor.

2.2.2 Divisão sexual do trabalho e a participação de trabalhadoras/es no setor de serviços

Para tratar da participação de mulheres no setor de serviços como efeito da divisão sexual do trabalho, é oportuno localizar o debate no campo dos estudos de gênero, uma vez que, os seres humanos, desde seu nascimento, são distribuídos em duas categorias: “homens e mulheres, atribuindo-lhes estatutos sociais, culturais, econômicos e jurídicos desiguais e complementares”. (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p.64). Sendo assim, a reflexão inicial sobre a divisão sexual do trabalho remete ao modo como tais estatutos promovem as vidas laborais de homens e mulheres, enquanto construções de gênero.

Küchemann, Bandeira e Almeida (2015) relatam que, no Brasil, as ciências sociais incorporaram o conceito “gênero” em meados de 1980, o uso do termo

gênero surgiu após diversas pressões feministas e de mulheres em diferentes sociedades, para falar sobre a dimensão da vivência humana não reconhecida nas ciências sociais. “O conceito de gênero pode ser visto como uma categoria de análise que agrega em uma única palavra um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos econômicos e psicológicos.” (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA; 2015, p.65). Essas características pertencem aos seres humanos, de um ou a outro sexo. Então, conforme as autoras, “‘gênero’ refere-se a relações culturais e de poder que, inicialmente, foram focados entre homens e mulheres e que passaram a se estender a distintos grupos sociais”, fundando “originariamente toda a gama de estruturas, identidades sociais e subjetividades individuais.” (KÜCHEMANN, BANDEIRA; ALMEIDA; 2015, p.65).

Dentre a gama de estruturas fundadas em construções de gênero, observam-se formas de organização social que dizem da divisão sexual do trabalho, as quais produzem e naturalizam conjuntos diferentes de atividades consideradas femininas e masculinas. No campo dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007) ressaltam que foi na França em 1970, que a categoria, sob o impulso do movimento feminista, suscitou uma onda de trabalhos:

Foi com a tomada de consciência de uma "opressão" específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente "evidente" que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia (pensemos no nome de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le TorchonBrûlé*³) se desdobrará em uma dupla dimensão: "estamos cheias" (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de "trabalho", de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.597).

Em pouco tempo, foram realizadas as primeiras análises dessa forma de trabalho, que passaram a discutir sobre o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional, que eram atividades iguais. "Isso permitiu considerar ‘simultaneamente’ as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de ‘divisão sexual do trabalho’.” (HIRATA; KERGOAT; 2007, p.597-598).

Segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho institui as esferas consideradas reprodutivas e produtivas.

Assim, inicialmente, a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de articulação de duas esferas. Porém, essa noção de articulação logo se

mostra insuficiente, o que nos levou a um segundo nível de análise: a conceitualização dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres. Essa foi a origem do que nós, francesas, chamamos de "relações sociais de sexo". Não desenvolveremos essa noção, pois esse não é nosso objetivo aqui, embora, na França, ela seja indissociável da teorização em termos de divisão sexual do trabalho. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.598).

Com essa nova forma de pensar o trabalho sofreu várias consequências. Aconteceu o efeito bumerangue, que é quando as consequências de um ato ou atitude se voltam contra quem a prática, depois que "a família", na forma de entidade natural, biológica, se esfacelou para ressurgir prioritariamente como lugar de exercício de um trabalho, "foi a vez de implodir a esfera do trabalho assalariado, pensado até então apenas em torno do trabalho produtivo e da figura do trabalhador masculino, qualificado, branco." (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.598). As mulheres começam a participar do mercado do trabalho assalariado, a receber salários pelas atividades desenvolvidas.

Esse duplo movimento impulsionou na França e em vários países, uma floração de trabalhos que utilizaram a abordagem da divisão sexual do trabalho para repensar o trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, a inter-relação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido. Essas reflexões levaram a um questionamento radical da sociologia da família e do paradigma funcionalista que lhe servia de base. No que se refere à sociologia do trabalho³, elas permitiram retomar noções e conceitos como de qualificação, produtividade, mobilidade social e, mais recentemente, de competência, e abriram novos campos de pesquisa: relação de serviço e, hoje, trabalhos de cuidado pessoal, mixidade no trabalho, acesso das mulheres às profissões executivas de nível superior, temporalidades sexuadas, vínculos entre políticas de emprego e políticas para família, etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.598).

Quanto à determinada organização social, destaca-se que a divisão sexual do trabalho "tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado [...]" (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599). Sobre esse conceito quase todos concordam, porque é um conceito muito usado, mas devem ser mais claros os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades.

³ Nota de rodapé das autoras: "Sobre esse longo trabalho de desconstrução e de reconstrução, pode-se reportar ao artigo de Hirata e Kergoat (2005)" (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.598). Trata-se do seguinte texto: HIRATA, H.; KERGOAT, D. Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail? In: DURAND J. P.; LINHART, D. Les Ressorts de la mobilisation au travail. Paris: Octarès, 2005. p.263-272.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuais que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Percebe-se que existem diferenciações nos trabalhos entre homens e mulheres, assim como que, de igual modo, o trabalho do homem vale mais do que de uma mulher, ou seja, os homens ganham mais que as mulheres, o que é injusto, pois todos/as independente do sexo deveriam ganhar conforme sua função. Às mulheres, como no passado, cabem às atividades relacionadas à reprodução da vida e, também, atividades correspondentes à produção de bens e serviços.

Em análise sobre a mercantilização do trabalho feminino ocorrido no Brasil durante as últimas cinco décadas, Guimarães, Brito e Barone (2016) ressaltam algumas questões centrais, tais como as mudanças ocorridas no trabalho agrícola, por exemplo: “Os indivíduos que antes encontravam sua sobrevivência no trabalho agrícola passaram a obtê-la em atividades industriais e de serviços, em espaços urbanos crescentemente concentrados.” (GUIMARÃES; BRITO; BARONE, 2016, p.18).

No início do período de 1960, o mercado de trabalho era dominado por homens, e no final do período já tinha deixado de ser dominado somente por homens e entram as mulheres. Esse processo de mercantilização se expressa no Brasil de modo diferenciado entre grupos de raças: “brancos têm uma propensão mais elevada ao engajamento no mercado em relação aos não brancos⁴ sejam homens ou mulheres.” (GUIMARÃES; BRITO; BARONE, 2016, p.21).

Entre os anos 1960 a 1970, as diferenças sociais que chamavam a atenção dos interpretes eram aquelas que dividiam os trabalhadores entre os que eram ocupados em formas caracteristicamente capitalista e aqueles que não conseguiam

⁴ Nota 5, conforme texto dos autores: “De modo a contornar problemas de comparabilidade diante das importantes mudanças verificadas na coleta do quesito cor entre 1960 e 2010 (ver nota anterior), reduzimos a classificação a apenas dois grandes grupos, os “brancos” e os “não brancos”. Por outro lado, sendo preponderante, entre esses últimos, o peso dos afrodescendentes (“pretos” e “pardos”) *vis-à-vis* os “amarelos” e “indígenas”, o grupo dos “não brancos” será doravante referido como “negros”.” (GUIMARÃES; BRITO; BARONE, 2016, p.34).

se adentrar nesse circuito, ou se inseriam de maneira incerta e fora do coração propulsor da indústria e dos serviços modernos. Após esse período, nas décadas de 1990 a 2000, o debate já era outro, pois se verificam outras maneiras para nomear e hierarquizar os indivíduos. “Assim, os sistemas classificatórios das empresas antepunham os ‘permanentes’ aos ‘temporários’; outras vezes, os ‘mensalistas’ aos ‘horistas’; e, não raro, os ‘regulares’ aos ‘subcontratados’ ou ‘cooperativados’.” (GUIMARÃES; BRITO; BARONE, 2016, p.26).

Nas últimas décadas, a participação feminina no mercado de trabalho vem aumentando, principalmente no setor de serviços onde elas são maioria. Mesmo sofrendo com a discriminação de salários, em muitas situações, precisam se sustentar e sustentar suas famílias. No Brasil, em um âmbito geral das ocupações, “a taxa de participação das mulheres, entre 15 e 64 anos de idade, aumentou de 51,2% em 1992 para 59,0% em 2012.” (BARBOSA, 2014, p.415). Quanto à participação masculina, essa taxa é muito superior, mas houve uma redução em “1992 a taxa de participação dos homens, entre 15 e 64 anos, foi de 88,1%, em 2012 esta mesma taxa alcançou 81,8%.” (BARBOSA, 2014, p.415).

A participação das atividades terciárias teve um crescimento nos últimos anos, sendo que “o setor de serviços, que correspondia por 49,3% em 1985, elevou sua participação para 54,5% em 1995, e em 2008 já respondia por 61,2% do emprego total do país (PNDA/IBGE).” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.27). No período analisado pelas autoras, foi verificado que há diferenças entre os sexos nestes setores econômicos, “os homens trabalham na indústria total (29,2%) e na agropecuária (19,7%), o que corresponde a 48,9% da ocupação masculina, enquanto que estes mesmo setores empregam 24,5% das mulheres.” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.27).

O grande setor empregador de mão de obra é o setor de serviços, “que responde no Brasil por 61,5% da ocupação total, sendo que estas atividades respondem por 75,5% do emprego feminino.” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.27). Ainda, no período analisado pelas autoras, em outros setores econômicos, observa-se a predominância da participação masculina, conforme segue: “[...] indústria da construção civil (96,5%), extrativa mineral (90,2%), e os serviços de utilidade pública (82,8%), em grau menor a agropecuária (67,5%) e a indústria de transformação (66,4%).” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.27). O setor que existe a maioria mulheres,

“apenas as atividades do setor de serviços são femininas (52,3%).” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.27).

Sobre o grau de instrução delas e deles, a escolaridade é um dos indicadores mais significativos para uma análise no mundo do trabalho. Ainda, de acordo com o estudo acima citado, para as mulheres, “a situação é um pouco melhor: a baixa ou nenhuma escolaridade abrange 23,9% das mulheres ocupadas, enquanto que os homens são 30,5% destes praticamente analfabetos funcionais.” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.33). Já com instrução superior, “as mulheres com instrução superior são 53,7% das pessoas ocupadas neste nível de instrução, o que atesta a maior escolaridade do sexo feminino em relação ao masculino.” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.33).

Nos salários, verificam-se os baixos rendimentos da população brasileira. “A questão é mais dramática para o sexo feminino, que tem 48,5% das trabalhadoras ganhando até um salário mínimo.” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.38). Quando essa faixa salarial é aumentada para até dois salários mínimos, “esta taxa de participação para as mulheres fica em 78,6% e para os homens em 64,5%.” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.38).

Muitas mulheres mesmo com filhos não param de trabalhar. Algumas delas são chefas de família, cerca de “35% das famílias são chefiadas por mulheres, ver bandeira et al., 2009)”. (YANNOULAS, 2013, p.34). O trabalho feminino está dividido em dois grupos: as “ocupações de má qualidade (em guetos femininos como o emprego doméstico) e boas ocupações (em áreas profissionais prestigiosas masculinas como a engenharia, arquitetura, medicina e direito).” (YANNOULAS, 2013, p.34).

Com base nos dados do período de 1992 a 2012, da PNAD do IBGE, Barbosa (2014) analisa o comportamento do mercado de trabalho brasileiro e demonstra que a taxa da participação das mulheres no mercado de trabalho ainda que tenha crescido nos últimos vinte anos, está abaixo da dos homens no Brasil e em outros países. Segundo a autora, os principais determinantes da participação das mulheres no mercado de trabalho são o nível de escolaridade, sua idade, a presença dos filhos e seu estado conjugal. Com ensino superior completo ou mais de quinze anos de estudo, “a probabilidade da mulher que se encontra nessa faixa educacional entrar no mercado de trabalho chega a superar 40% em vários dos estudos

analisados”. (BARBOSA, 2014, p.428). A existência de filhos com menos de 12 anos tem um impacto negativo na probabilidade de a mulher participar do mercado de trabalho: “em 2012, por exemplo, a presença de filhos entre de 0 e 2 anos reduzia esta probabilidade em cerca de 10%.” (BARBOSA, 2014, p.429). À medida que a idade dos filhos aumenta, por consequência, o impacto vai diminuindo.

No subsetor da educação, um dos principais campos de atuação das mulheres no setor de serviços, conforme destaca Yannoulas (2013), observa-se a chamada feminização do magistério que é considerada como um fenômeno internacional. Além do conceito de feminização, a autora faz referência ao conceito de feminilização, diferenciando-os, respectivamente, em termos qualitativo e quantitativo.

a) Significado quantitativo (feminilização): refere-se ao aumento de mulheres (pessoas de sexo feminino) na composição da mão de obra em uma determinada ocupação ou profissão.

b) Significado qualitativo (feminização propriamente dita): refere-se às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, vinculadas às práticas sociais e simbólicas (ver BANDEIRA, 1997), predominantes na época ou na cultura especificamente analisadas, e que rebatem numa mudança no significado da profissão ou ocupação. (YANNOULAS, 1996a; 2011 apud YANNOULAS, 2013, p.37-38).

Especificamente, sobre o ingresso das mulheres na docência requer analisar as relações entre classe e gênero, uma vez que foi “[...] um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas das chamadas classes médias, estudosas e portadoras de uma feminilidade idealizada para a classe [...]” (VIANNA, 2013, p.164). Essas mulheres também lutavam pelo aumento da participação das mulheres na esfera econômica. “Em 1920, o Censo Demográfico indicava que 72,5% do conjunto do professorado brasileiro do ensino público primário era composto por mulheres e, entre o total de docentes, sem distinção de graus de ensino, as mulheres somavam 65% (Ibidem, p. 7).” (VIANNA, 2013, p.165).

A constatação da maioria de mulheres no magistério na década de 1990 tem uma relação, ainda que indiretamente, com a dinâmica do mercado de trabalho e, nela a divisão sexual do trabalho e a configuração das chamadas profissões femininas: “Em 1990, as ocupações eminentemente femininas abrigavam 30% das mulheres economicamente ativas. Entre elas destacavam-se as professoras primárias, juntamente com empregadas domésticas, enfermeiras, costureiras e secretárias, para citar alguns exemplos.” (VIANNA, 2013, p.166).

Analisando os dados anteriores, conseguimos ver que a participação das mulheres no setor de serviços ainda é muito desvalorizada e discriminada, com salários baixos. Mesmo sendo a maioria no setor e mais escolarizada, verificam-se situações em que os homens ainda têm seus salários mais altos do que os das mulheres.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No capítulo de análise e apresentação de dados, conforme os objetivos do trabalho, trata da participação total de homens e mulheres nos grandes setores econômicos, dos índices de participação de trabalhadores/as no setor de serviços, de acordo com o sexo, para melhor análise e comparação entre ambos, por faixa etária, escolaridade, faixa salarial, organizados por regiões brasileiras, no período de 2006-2016.

3.1 SOBRE AS REGIÕES DE ESTUDO E A REPRESENTATIVIDADE DO SETOR DE SERVIÇOS

Para iniciar a apresentação e análise dos dados, as regiões de abrangência do presente estudo foram agrupadas e brevemente descritas, com destaque aos respectivos estados que as compõem, população total e grandes setores de atividades econômicas, conforme classificação do IBGE. Abaixo, na figura 1, apresenta-se o Mapa do Brasil, por regiões grandes regiões naturais e seus respectivos estados.

Figura 1 - Mapa do Brasil – Regiões e Estados



A Região Norte do Brasil é composta por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A população total da região, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010) era de 15.864.454 habitantes, sendo 8.004.915 homens e 7.859.539 mulheres.

Nove estados integram a Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A população total da região, segundo o Censo 2010, era de 53.081.950 habitantes, sendo 25.909.046 homens e 27.172.904 mulheres. (IBGE, 2010).

A Região Centro-Oeste é composta por quatro estados: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. A população total da região, segundo o Censo 2010, era de 14.058.094 habitantes, sendo 6.979.971 homens e 7.078.123 mulheres. (IBGE, 2010).

Os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo compõem a Região Sudeste. A população total da região, segundo Censo 2010, era de 80.364.410 habitantes, sendo 39.076.647 homens e 41.287.763 mulheres. A Região Sul é composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A população total da região, segundo Censo 2010, era de 27.386.891 habitantes, sendo 13.436.411 homens e 13.950.480 mulheres. (IBGE, 2010).

De acordo com os objetivos do estudo, na sequência são apresentados os índices de participação total de trabalhadores/as no setor de serviços por regiões brasileiras, relativos ao perfil da participação por sexo, no período em destaque. Inicia-se com a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo, conforme registrado na tabela 1.

Tabela 1- Participação de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo – Regiões Brasileiras (2006 -2016)

Sexo Trabalhador					
Ano/ Região	Masculino				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2016	747.781	2.417.001	6.021.512	1.707.938	1.262.609
2015	779.308	2.530.130	6.236.385	1.754.346	1.267.165
2014	788.168	2.559.111	6.391.202	1.760.770	1.300.990
2013	771.407	2.484.861	6.319.901	1.727.913	1.273.749
2012	736.466	2.376.631	6.198.289	1.658.039	1.160.716
2011	739.777	2.356.561	6.098.390	1.614.529	1.145.202
2010	704.202	2.221.001	5.855.373	1.538.042	1.089.922
2009	644.185	2.093.230	5.554.766	1.462.513	1.049.214
2008	612.220	1.959.732	5.338.868	1.391.616	987.654
2007	574.720	1.869.895	5.202.528	1.364.607	951.585
2006	527.846	1.770.869	4.882.834	1.335.600	927.777
Feminino					
Ano/ Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2016	817.995	2.682.867	6.595.284	2.134.388	1.147.517
2015	847.433	2.795.579	6.791.634	2.167.323	1.180.884
2014	839.406	2.809.372	6.895.664	2.163.001	1.161.644
2013	818.019	2.709.708	6.742.933	2.083.792	1.134.139
2012	782.054	2.594.838	6.523.896	2.016.831	1.057.068
2011	771.976	2.574.209	6.253.459	1.892.525	1.029.428
2010	731.004	2.448.419	5.914.488	1.793.386	972.558
2009	668.692	2.333.968	5.560.925	1.709.238	922.628
2008	631.760	2.202.519	5.289.737	1.611.144	866.303
2007	588.936	2.103.875	5.103.449	1.544.120	830.463
2006	551.336	2.001.320	4.665.603	1.494.433	794.078

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

A participação feminina no setor de serviços na Região Norte, no período de 2006 a 2016, foi crescendo ano a ano, sendo que, em 2006, eram 551.336 e, em 2016, passou para 817.995 de mulheres no setor, apresentando um crescimento de 48,36% no período, quase duplicando o número total de mulheres. Também houve

um crescimento na participação masculina no setor de serviços, sendo de 527.846 em 2006 e, em 2016, de 747.781 homens. Apresentando um crescimento de 41,66%, no período. A diferença entre homens e mulheres no setor, no ano 2006, era 527.846 (48,91%) homens e 551.336 (51,08%) mulheres, sendo 2,17% em relação ao total de trabalhadores/as do ano 2006; já no ano 2016, eram 747.781 homens (47,75%) e 817.995 (52,25%) de mulheres, a diferença aumentou para 4,50%. Analisando os dados, verifica-se que, no período analisado, a participação feminina foi maior nesse setor.

A participação feminina no setor de serviços na Região Nordeste, em 2006, somou um total de 2.001.320 e, em 2016 passou para 2.682.867 de mulheres no setor, apresentando um crescimento de 34,05% no período. Quanto à participação masculina no setor de serviços, também, houve crescimento, sendo de 1.770.869 em 2006 e, em 2016, de 2.417.001 homens, apresentando um crescimento de 36,49%, no período. A diferença entre homens e mulheres no setor, no ano 2006, era 1.770.869 (46,95%) homens e 2.001.320 (53,05%) mulheres, sendo 6,10%, respectivamente; já no ano 2016, eram 2.417.001 (47,39%) homens e 2.682.867 (52,61%) de mulheres, a diferença na quantidade diminuiu para 5,22%. Analisando os dados, verifica-se que houve um crescimento maior na participação masculina no setor de serviços, no período, mas mesmo com esse crescimento, a participação feminina foi maior nesse setor.

A participação feminina no setor de serviços na Região Centro-Oeste, em 2006, foi de 794.078 e, em 2016, passou para 1.147.517 de mulheres no setor, apresentando um crescimento de 44,51% no período. Na participação masculina no setor de serviços, também, houve crescimento, sendo de 927.777 em 2006 e, em 2016, 1.262.609 homens, apresentando um crescimento de 36,09%, no período. A diferença entre homens e mulheres no setor, no ano 2006, era 927.777 (53,88%) homens e 794.078 (46,12%) mulheres, representando uma variação percentual de 7,76% da participação masculina em relação à feminina; já no ano 2016, eram 1.262.609 (52,39%) homens e 1.147.517 (47,61%) de mulheres, a diferença na quantidade diminuiu para 4,78%. Analisando os dados, observa-se que houve um crescimento maior na participação feminina no setor de serviços, mas a participação masculina foi maioria nesse setor.

A participação feminina no setor de serviços na Região Sudeste, em 2006, foi de 4.665.603 e, em 2016, passou para 6.595.284 mulheres no setor, apresentando

um crescimento de 41,36% no período. Ocorreu um aumento, também, na participação masculina no setor de serviços, sendo de 4.882.834 em 2006 e, em 2016, 6.021.512 homens, apresentando um crescimento de 23,32%, no período. A diferença entre homens e mulheres no setor, no ano 2006, era 4.882.834 (51,14%) homens e 4.665.603 (48,86%) mulheres, representando uma variação percentual de 2,28%; no ano 2016, eram 6.021.512 (47,73%) homens e 6.595.284 (52,27%) de mulheres, a diferença na quantidade diminuiu para 4,54%. Analisando os dados, destaca-se um crescimento maior na participação feminina no setor de serviços. No período de 2006 a 2008, os homens eram maioria nesse setor, depois de 2009 até 2016, as mulheres foram a maioria.

A participação feminina no setor de serviços na Região Sul, em 2006, foi de 1.494.433 e, em 2016, passou para 2.134.388 de mulheres no setor, apresentando um crescimento de 42,82% no período. A participação masculina no setor de serviços, também, apresentou crescimento, sendo de 1.335.600 em 2006 e, em 2016, de 1.707.938 homens, apresentando um crescimento de 27,88%, no período. A diferença entre homens e mulheres no setor, no ano 2006, era 1.335.600 (47,19%) homens e 1.494.433 (52,81%) mulheres, sendo 5,62% a variação percentual; ano 2016, eram 1.707.938 (44,45%) homens e 2.134.388 (55,55%) de mulheres, a diferença na quantidade aumentou para 11,10%. Analisando os dados, observa-se um crescimento maior na participação feminina no setor de serviços.

Nos tópicos seguintes, são apresentados e analisados os dados de participação por região, desagregados pelas variáveis selecionadas para o estudo.

3.2 REGIÃO NORTE

Para uma breve análise comparativa da representatividade do setor de serviços por região, a tabela 2 apresenta a participação total de trabalhadores/as, por grandes setores de atividades econômicas do IBGE (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária), nos anos de 2006 e 2016.

Tabela 2-Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE e por sexo - Região Norte (2006 -2016)

IBGE Gr Setor	2006				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	210.791	76,95	63.150	23,05	273.941
Construção Civil	68.292	91,67	6.207	8,33	74.499
Comércio	185.759	61,72	115.229	38,28	300.988
Serviços	527.846	48,91	551.336	51,09	1.079.182
Agropecuária	57.808	91,01	5.708	8,99	63.516
IBGE Gr Setor	2016				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	220.456	75,04	73.335	24,96	293.791
Construção Civil	108.346	88,38	14.245	11,62	122.591
Comércio	293.740	58,53	208.105	41,47	501.845
Serviços	747.781	47,76	817.995	52,24	1.565.776
Agropecuária	84.865	89,30	10.167	10,70	95.032

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com a Tabela 2, analisando os grandes setores do IBGE na Região Norte do Brasil, nos anos 2006 e 2016, observa-se que o setor da agropecuária ocupou a menor parte dos/as trabalhadores e, também, registrou o menor índice de participação feminina: em 2006, eram 63.516 trabalhadores/as, sendo 57.808 homens e 5.708 mulheres; em 2016, houve um crescimento de 49,62%, totalizando 95.032 trabalhadores/as, sendo 84.865 homens e 10.167 mulheres. Como já detalhado no tópico geral sobre as regiões, o setor de serviços aparece com o maior número de trabalhadores/as em ambos os anos e, de igual modo, com a maior participação feminina entre os setores: no ano 2006, eram 1.079.182 trabalhadores, sendo 527.846 homens e 551.336 mulheres; em 2016, com o crescimento de 45,09%, totalizavam 1.565.776 trabalhadores, sendo 747.781 homens e 817.995 mulheres.

De acordo com os objetivos do estudo, na sequência são apresentados os valores nominais de participação de trabalhadores/as no setor de serviços, relativos ao perfil da participação por sexo, faixa etária e escolaridade, no período em destaque. Além disso, de forma comparativa por sexo, são apresentados os totais da população ocupada por faixa salarial (em salários mínimos) no referido setor.

Inicia-se com a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços no que a distribuição da população por sexo e por faixa etária, conforme registrado na tabela 3.

Tabela 3-Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e por faixa etária – Região Norte (2006-2016)

Faixa Etária/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
10 A 17	2.302	2.135	4.437	1.311	1.063	2.374
18 A 29	149.501	139.777	289.278	143.891	127.183	271.074
30 A 49	436.210	495.766	931.976	298.769	331.676	630.445
50 A 65 OU MAIS	159.762	180.311	340.073	83.816	91.400	175.216
{ñ class}	6	6	12	59	14	73
Total	747.781	817.995	1.565.776	527.846	551.336	1.079.182

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com os dados apresentados acima, a faixa etária com maior participação no mercado de trabalho é dos 30 aos 49 anos, que, em 2006, representou um percentual de 58,42% e, em 2016, 59,52%, igualmente, foi a faixa etária com maior participação feminina e masculina no período em análise, de 2006-2016. Outra faixa etária que se destaca é 50 a 65 ou mais, representava 16,23% no ano 2006 e 21,71%, em 2016, um percentual bastante expressivo em relação às faixas etárias analisadas. A faixa etária com menor participação masculina e feminina foi de 10 a 17 anos, que está mais para 14 anos a 17 anos, tendo em vista programas brasileiros de inserção de jovens como aprendizes em empresas.

A tabela 4 traz a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade.

Tabela 4- Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade – Região Norte (2006 -2016)

Escolaridade após 2005/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	1.429	690	2.119	2.341	1.144	3.485
Até 5ª Incompleto	15.934	13.677	29.611	20.830	17.764	38.594
5ª Completo Fundamental	11.507	8.994	20.501	19.689	15.137	34.826
6ª a 9ª Fundamental	30.697	23.678	54.375	45.111	33.007	78.118
Fundamental Completo	74.283	52.058	126.341	79.864	51.801	131.665
Médio Incompleto	36.415	26.367	62.782	38.013	24.129	62.142
Médio Completo	359.927	351.435	711.362	220.481	264.391	484.872
Superior Incompleto	18.934	24.717	43.651	16.425	24.672	41.097
Superior Completo	191.534	308.394	499.928	83.937	118.350	202.287
Mestrado	5.231	6.405	11.636	853	778	1.631
Doutorado	1.890	1.580	3.470	302	163	465
Total	747.781	817.995	1.565.776	527.846	551.336	1.079.182

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

No que se refere à participação masculina por escolaridade, a tabela 4 mostra uma predominância maior de trabalhadores com o ensino médio completo: em 2006, eram 220.481 e, em 2016, 359.927, um aumento de 63,25% inseridos no setor ao longo do período 2006-2016. Os números de homens analfabetos diminuíram ao longo dos anos: em 2006, somou 2.341 e, em 2016, 1.429, uma redução de 38,95% em relação ao ano de 2006.

Quanto à participação feminina, os dados mostram uma predominância maior no ensino médio completo e ensino superior completo: em 2006, eram 264.391 mulheres com ensino médio completo e, com ensino superior completo, 118.350 mulheres; em 2016, eram 351.435 mulheres com ensino médio completo e, com ensino superior completo, eram 308.394 mulheres. Observa-se um crescimento de 32,92% da participação de mulheres com ensino médio completo, e 160,57% o com ensino superior completo. Evidencia-se um crescimento bastante expressivo, mostrando que as mulheres são mais escolarizadas no setor.

A tabela 5 apresenta a participação total de trabalhadores/as por sexo e por faixa salarial no setor.

Tabela 5-Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Norte (2006-2016)

Faixa Remun Média (SM)/ Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0,50 A 1,50	224.963	311.275	536.238	147.715	199.791	347.506
1,51 A 4,00	336.835	326.199	663.034	231.230	218.443	449.673
4,01 A 10,00	134.084	144.928	279.012	107.958	107.484	215.442
10,01 a 15,00	23.819	17.712	41.531	17.785	13.259	31.044
15,01 a 20,00	9.888	5.961	15.849	9.057	5.009	14.066
Mais de 20,00	10.852	5.920	16.772	11.547	5.972	17.519
{ñ class}	7.340	6.000	13.340	2.554	1.378	3.932
Total	747.781	817.995	1.565.776	527.846	551.336	1.079.182

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006 - 2016).

Conforme a tabela 5, no ano de 2006 na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos o total de trabalhadores/as eram 347.506, sendo 147.715 (42,51%) homens e 199.791 (57,49%) mulheres; em 2016, na mesma faixa, somou um total de 536.238 de trabalhadores/as, sendo 224.963 (41,95%) homens e 311.275 (58,05%) mulheres; na faixa salarial de 1,51 a 4,00 salários mínimos, no ano de 2006, eram 449.673 o total de trabalhadores/as, sendo 231.230 (51,42%) homens e 218.443 (48,57%) mulheres; em 2016, eram 663.034 o total de trabalhadores/as, sendo 336.835 (50,80%) homens e 326.199 (49,20%) mulheres; na faixa salarial de 4,01 a 10,00 salários mínimos o total de trabalhadores/as, no ano 2006, era de 215.442, sendo 107.958 (50,11%) homens e 107.484 (49,89%) mulheres; no ano de 2016, o total era de 279.012 trabalhadores/as, sendo 134.084 (48,06%) homens e 144.928 (51,94%) mulheres; na faixa salarial 10,01 a 15,00 salários mínimos, no ano 2006, eram 31.044 trabalhadores/as, sendo 17.785 (57,29%) homens e 13.259 (42,71%) mulheres; no ano de 2016, eram 41.531 de trabalhadores/as, sendo 23.819 (57,35%) homens e 17.712 (42,65%) mulheres; na faixa salarial de 15,01 a 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, eram 14.066 trabalhadores/as, sendo 9.057 (64,39%) homens e 5.009 (35,61%) mulheres; no ano de 2016, o total era de 15.849 trabalhadores/as, sendo 9.888 (62,39%) homens e 5.961 (37,61%) mulheres; na faixa salarial mais de 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, eram 17.519 o trabalhadores/as, sendo 11.547 (65,21%) homens e 5.972 (34,79%) mulheres; em 2016, o total de trabalhadores/as era 16.772, sendo 10.852 (64,70%) homens e 5.920 (35,20%) mulheres. No ano de 2006, as mulheres eram maioria na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos, e os homens na faixa salarial de 1,51 a

mais de 20,00 salários mínimos; no ano de 2016, as mulheres eram maioria nas faixas de 0,50 a 1,50 e 4,01 a 10,00 salários mínimos, os homens eram maioria nas faixas de 1,51 a 4,00 salários mínimos, e de 10,01 a mais de 20,00 salários mínimos.

Pelo fato de apresentar maior nível de escolaridade que os homens, esperava-se que as mulheres, em um setor no qual são a maioria e mais escolarizadas, também, tivessem uma remuneração mais igualitária em relação aos homens. Segundo a tabela 1, observamos que, a partir do ano de 2006, as mulheres são a maioria no setor de serviços. Neste mesmo setor, elas também são mais escolarizadas que os homens, conforme tabela 4. Do total da participação feminina, no ano 2016, predominou o ensino superior completo (incluindo o mestrado e o doutorado), apresentando 38,67% de participação em relação a 26,56% de participação masculina. O número de analfabetas, apresentado na tabela 4, representou, em 2016, 0,08% da população feminina inserida no setor de serviços em relação a 0,19% da participação masculina.

3.3 REGIÃO NORDESTE

A tabela 6 apresenta a participação total de trabalhadores/as, por grandes setores do IBGE (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária), nos anos de 2006 e 2016, na Região Nordeste.

Tabela 6 - Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE- Região Nordeste (2006-2016)

IBGE Gr Setor	2006				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	709.544	75,68	227.954	24,32	937.498
Construção Civil	249.418	93,38	17.685	6,62	267.103
Comércio	607.802	62,36	366.939	37,64	974.741
Serviços	1.770.869	46,95	2.001.320	53,05	3.772.189
Agropecuária	209.046	89,20	25.326	10,80	234.372
IBGE Gr Setor	2016				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	808.761	73,82	286.777	26,18	1.095.538
Construção Civil	355.401	90,35	37.954	9,65	393.355
Comércio	954.862	59,40	652.639	40,60	1.607.501
Serviços	2.417.001	47,39	2.682.867	52,61	5.099.868
Agropecuária	208.191	86,77	31.750	13,23	239.941

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com a Tabela 6, analisando os grandes setores do IBGE na Região Nordeste nos anos 2006 e 2016, observa-se que o setor da agropecuária ocupava a menor parte dos trabalhadores: em 2006, eram 234.372 trabalhadores, sendo 209.046 homens e 25.326 mulheres; em 2006, a menor participação feminina era no setor da construção civil totalizando 17.685 mulheres, e 249.418 homens, ou seja, apenas 6,62% eram mulheres nesse setor. No ano de 2016, houve um crescimento no setor da agropecuária, totalizando 239.941 trabalhadores, sendo 208.191 homens e 31.750 mulheres, mas, crescendo 25,36%, as mulheres participaram em menor número.

No setor da construção civil também houve um crescimento em 2016 e a participação das mulheres cresceu 114,61%, totalizando 37.954 mulheres, se tornando o outro grande setor com menor participação feminina. O setor de serviços aparece com o maior número de trabalhadores/as nos anos de 2006 e 2016, assim como com a maior participação feminina entre os setores: no ano 2006, eram 3.772.189 trabalhadores/as, sendo 1.770.869 homens e 2.001.320 mulheres; em 2016 com o crescimento de 35,19%, totalizavam 5.099.868 trabalhadores/as, sendo 2.417.001 homens e 2.682.867 mulheres; a participação feminina, de 2006 até 2016, cresceu 34,05 %.

Especificamente, sobre o setor de serviços, seguem dados da participação total de trabalhadores/as por sexo e por faixa etária, conforme registrado na tabela 6.

Tabela 7 - Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa etária –Região Nordeste (2006-2016)

Faixa Etária/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
10 A 17	3.621	3.274	6.895	2.964	2.717	5.681
18 A 29	503.108	505.564	1.008.672	457.029	423.368	880.397
30 A 49	1.376.624	1.555.646	2.932.270	1.002.077	1.185.008	2.187.085
50 A 65 OU MAIS	533.597	618.336	1.151.933	308.768	390.185	698.953
{ñ class}	51	47	98	31	42	73
Total	2.417.001	2.682.867	5.099.868	1.770.869	2.001.320	3.772.189

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com os dados apresentados acima, a faixa etária com maior participação no mercado de trabalho era dos 30 aos 49 anos e, em 2016, representava um total de 57,50%, bem como a faixa etária com maior participação feminina e masculina no período em análise, de 2006-2016. No ano de 2016, outra faixa etária que se destacou foi a de 50 a 65 ou mais, representava um total de 22,59%. Em 2006, a faixa etária de 30 a 49 anos somava um total de 57,98%, e de 50 a 65 ou mais, eram de 18,53%, a segunda maior foi a de 18 a 29 anos, que somava um total de 23,34%. A faixa etária de menor participação masculina e feminina no mercado é de 10 a 17 anos em todo o período em análise.

A tabela 8 traz a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade.

Tabela 8 - Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo escolaridade – Região Nordeste (2006-2016)

Escolaridade após 2005/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	8.645	3.495	12.140	19.057	11.403	30.460
Até 5ª Incompleto	67.774	36.354	104.128	102.465	78.414	180.879
5ª Completo Fundamental	55.072	37.855	92.927	86.775	66.591	153.366
6ª a 9ª Fundamental	109.305	67.986	177.291	152.734	101.108	253.842
Fundamental Completo	216.660	152.142	368.802	272.495	220.617	493.112
Médio Incompleto	134.456	96.345	230.801	131.895	89.361	221.256
Médio Completo	1.193.837	1.193.116	2.386.953	644.776	834.356	1.479.132
Superior Incompleto	93.054	117.391	210.445	74.555	117.921	192.476
Superior Completo	506.433	929.602	1.436.035	277.112	469.132	746.244
Mestrado	24.719	40.465	65.184	7.792	11.385	19.177
Doutorado	7.046	8.116	15.162	1.213	1.032	2.245
Total	2.417.001	2.682.867	5.099.868	1.770.869	2.001.320	3.772.189

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006- 2016).

De acordo com a tabela 8, na participação masculina, observa-se uma predominância maior no ensino médio completo, somando, em 2006, um total de 644.776 e, em 2016, 1.193.837, um aumento de 85,16%. Os números de homens analfabetos diminuíram ao longo dos anos, em 2006, eram 19.057 e, em 2016, 8.645, uma redução de 54,63%.

A tabela apresenta a participação feminina e mostra uma predominância maior no ensino médio completo e ensino superior completo. Observa-se que a maioria das mulheres inseridas no setor de serviços tem o ensino médio completo e superior completo: em 2006, eram 834.356 mulheres com ensino médio completo e 469.132 com ensino superior completo; em 2016, eram 1.193.116 mulheres com ensino médio completo e 929.602 com ensino superior completo. Em relação ao ano de 2006, no ano de 2016, os números mostram um crescimento de 42,93% de trabalhadoras com ensino médio completo e 98,15% com ensino superior completo; um crescimento bastante expressivo, mostrando que as mulheres são mais escolarizadas.

A tabela 9 apresenta a participação total masculina e feminina por faixa salarial.

Tabela 9 - Participação trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Nordeste (2006-2016)

Faixa Remun Média (SM)/ Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0,50 A 1,50	1.000.981	1.301.441	2.302.422	747.642	1.017.894	1.765.536
1,51 A 4,00	943.668	928.753	1.872.421	661.219	670.570	1.331.789
4,01 A 10,00	320.871	348.620	669.491	247.990	241.321	489.311
10,01 a 15,00	61.797	47.243	109.040	44.797	32.170	76.967
15,01 a 20,00	25.452	17.102	42.554	24.119	13.894	38.013
Mais de 20,00	27.862	14.882	42.744	30.023	16.035	46.058
{ñ class}	36.370	24.826	61.196	15.079	9.436	24.515
Total	2.417.001	2.682.867	5.099.868	1.770.869	2.001.320	3.772.189

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006- 2016).

Conforme as tabela 9, no ano de 2006, na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos, o total de trabalhadores/as era de 1.765.536, sendo 747.642 (42,35%) homens e 1.017.894 (57,65%) mulheres; em 2016, era 2.302.422 o total de trabalhadores/as, sendo 1.000.981 (43,48%) homens e 1.301.441 (56,52%) mulheres; na faixa salarial de 1,51 a 4,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 1.331.789 o total de trabalhadores/as, sendo 661.219 (49,65%) homens e 670.570 (50,35%) mulheres; em 2016, era 1.872.421 o total de trabalhadores/as, sendo 943.668 (50,40%) homens e 928.753 (49,60%) mulheres; na faixa salarial de 4,01 a 10,00 salários mínimos o total de trabalhadores/as, no ano 2006, era 489.311, sendo

247.990 (50,68%) homens e 241.321 (49,32%) mulheres; no ano de 2016, era 669.491 o total de trabalhadores/as, sendo 320.871 (47,93%) homens e 348.620 (52,07%) mulheres; na faixa salarial 10,01 a 15,00 salários mínimos, no ano 2006, era 76.967 o total de trabalhadores/as, sendo 44.797 (58,21%) homens e 32.170 (41,79%) mulheres; no ano de 2016, era 109.040 o total de trabalhadores/as, sendo 61.797 (56,67%) homens e 47.243 (43,33%) mulheres; na faixa salarial de 15,01 a 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 38.013 o total de trabalhadores/as, sendo 24.119 (63,45%) homens e 13.894 (36,55%) mulheres; no ano de 2016, o total era 42.554 trabalhadores/as, sendo 25.452 (59,81%) homens e 17.102 (40,19%) mulheres; na faixa salarial mais de 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, o total era 46.058 trabalhadores/as, sendo 30.023 (65,19%) homens e 16.035 (34,81%) mulheres; em 2016, o total de trabalhadores/as era 42.744, sendo 27.862 (65,18%) homens e 14.882 (34,82%) mulheres. No ano de 2006, as mulheres eram maioria na faixa salarial de 0,50 a 4,00 salários mínimos, e os homens na faixa salarial de 4,01 a mais de 20,00 salários mínimos; no ano de 2016, as mulheres eram maioria nas faixas de 0,50 a 1,50 e 4,01 a 10,00 salários mínimos, os homens eram maioria nas faixas de 1,51 a 4,00 salários mínimos, e de 10,01 a mais de 20,00 salários mínimos.

Segundo a tabela 1, observamos que, a partir do ano de 2006, as mulheres são a maioria no setor de serviços. Neste mesmo setor, elas também são mais escolarizadas que os homens, conforme tabela 8. Do total da participação feminina, no ano 2016, predominou o ensino superior completo (incluindo o mestrado e o doutorado), apresentando 36,46% de participação feminina em relação a 22,26% de participação masculina. O número de analfabetas, apresentado na tabela 8, representou, em 2016, 0,13% da população feminina inserida no setor de serviços em relação a 0,35% da participação masculina, conforme tabela 8. Pelo fato de apresentar maior nível de escolaridade que os homens, como já evidenciado, esperava-se que as mulheres, em um setor no qual são a maioria e mais escolarizadas, também, tivessem uma remuneração mais igualitária em relação aos homens.

3.4 REGIÃO CENTRO-OESTE

A tabela 10 apresenta a participação total de trabalhadores/as, por grandes setores do IBGE (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária), nos anos de 2006 e 2016.

Tabela 10 - Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE- Região Centro-Oeste (2006-2016)

IBGE Gr Setor	2006				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	257.862	73,88	91.159	26,12	349.021
Construção Civil	96.679	91,60	8.870	8,40	105.549
Comércio	314.400	63,08	184.010	36,92	498.410
Serviços	927.777	53,88	794.078	46,12	1.721.855
Agropecuária	168.763	88,02	22.963	11,98	191.726
IBGE Gr Setor	2016				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	346.877	70,49	145.232	29,51	492.109
Construção Civil	137.837	89,61	15.974	10,39	153.811
Comércio	441.320	57,78	322.493	42,22	763.813
Serviços	1.262.609	52,39	1.147.517	47,61	2.410.126
Agropecuária	238.072	84,42	43.943	15,58	282.015

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com a Tabela 10, analisando os grandes setores do IBGE na região centro-oeste nos anos 2006 e 2016, verifica-se que o setor da construção civil registrou a menor participação de trabalhadores/as; em 2006, eram 105.549 trabalhadores/as, sendo 96.679 homens e 8.870 mulheres, apresentando, também, a menor participação feminina, apenas 8,40% de trabalhadoras no setor. No ano de 2016, houve um crescimento no setor da construção civil, totalizando 153.811 trabalhadores/as, sendo 137.837 homens e 15.974 mulheres; mas, mesmo crescendo 80,09%, foi o setor que registrou a menor participação feminina. O setor de serviços aparece com o maior número de trabalhadores/as em ambos os anos e, também, registrou a maior participação feminina entre os setores: no ano 2006, eram 1.721.855 trabalhadores/as, sendo 927.777 homens e 794.078 mulheres; em 2016, com o crescimento de 39,97%, totalizavam 2.410.126 trabalhadores/as, sendo

1.262.609 homens e 1.147.517 mulheres. A participação feminina, de 2006 até 2016, cresceu 44,50 %, mas se verifica a predominância da participação masculina em ambos os anos.

Para descrever a participação de trabalhadores/as no setor de serviços pelas variáveis selecionadas, inicia-se a participação total por sexo e por faixa etária, conforme registrado na tabela 11.

Tabela 11 - Participação de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo e faixa etária –Região Centro-Oeste (2006-2016)

Faixa Etária/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
10 A 17	10.326	9.983	20.309	7.902	6.038	13.940
18 A 29	383.857	251.909	635.766	297.781	209.297	507.078
30 A 49	637.088	669.140	1.306.228	487.853	464.975	952.828
50 A 65 OU MAIS	231.337	216.483	447.820	134.231	113.766	247.997
{ñ class}	1	2	3	10	2	12
Total	1.262.609	1.147.517	2.410.126	927.777	794.078	1.721.855

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com os dados apresentados acima, a faixa etária com maior participação no mercado de trabalho é dos 30 aos 49 anos; em 2016, representava um total de 54,19% e foi também a faixa etária com maior participação feminina e masculina no período em análise, de 2006-2016. Outra faixa etária que se destacou foi de 18 a 29 anos, com uma participação total de 26,37% em 2016. Em 2006, a faixa etária de 30 a 49 anos somou um total de 55,33% e, de 18 a 29 anos, 29,44%. A faixa etária de menor participação masculina e feminina no mercado é de 10 a 17 anos em todo o período em análise.

A tabela 12 traz a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade.

Tabela 12 - Participação trabalhadores/as ocupada no setor de serviços, por sexo e escolaridade – Região Centro-Oeste (2006-2016)

Escolaridade após 2005/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	2.122	1.097	3.219	7.363	1.750	9.113
Até 5ª Incompleto	23.579	12.734	36.313	35.576	22.803	58.379
5ª Completo Fundamental	19.684	12.994	32.678	45.114	30.431	75.545
6ª a 9ª Fundamental	52.110	34.590	86.700	79.851	49.578	129.429
Fundamental Completo	195.913	67.727	263.640	167.975	91.453	259.428
Médio Incompleto	65.882	53.458	119.340	78.103	70.380	148.483
Médio Completo	509.881	434.323	944.204	291.422	242.589	534.011
Superior Incompleto	41.940	56.576	98.516	34.431	47.450	81.881
Superior Completo	333.961	454.337	788.298	183.549	234.052	417.601
Mestrado	12.971	15.173	28.144	3.302	2.927	6.229
Doutorado	4.566	4.508	9.074	1.091	665	1.756
		1.147.51	2.410.12			1.721.85
Total	1.262.609	7	6	927.777	794.078	5

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com a tabela 12, na participação masculina mostra uma predominância maior no ensino médio completo. Em 2006, eram 291.422 e, em 2016, 509.881, um aumento de 74,96% (218.459) ao longo do período 2006-2016. Os números de trabalhadores analfabetos diminuíram ao longo dos anos: em 2006, eram 7.363 e, em 2016, 2.122, uma redução de 71,18% em relação a 2006.

A tabela apresenta a participação feminina e mostra uma predominância maior no ensino médio completo e ensino superior completo. Em 2006, eram 242.589 trabalhadoras com ensino médio completo e 234.052 com ensino superior completo; em 2016, eram 434.323 trabalhadoras com ensino médio completo e 454.337 com ensino superior completo. Verifica-se um crescimento de 79,03% de trabalhadoras com ensino médio completo e 94,11% com ensino superior completo; um crescimento bastante expressivo, mostrando que as mulheres são mais escolarizadas. No ano de 2006, somente em mestrado e doutorado a participação masculina é maior, e no ano de 2016, apenas o doutorado é maior.

A tabela 13 apresenta a participação total masculina e feminina por faixa salarial.

Tabela 13- Participação trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Centro-Oeste (2006-2016)

Faixa Remun Média (SM)/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0,50 A 1,50	303.797	390.348	694.145	193.254	252.806	446.060
1,51 A 4,00	520.319	391.249	911.568	353.578	269.571	623.149
4,01 A 10,00	264.369	248.302	512.671	231.124	174.330	405.454
10,01 a 15,00	80.145	61.046	141.191	58.884	48.054	106.938
15,01 a 20,00	35.507	20.042	55.549	28.993	15.849	44.842
Mais de 20,00	44.041	22.603	66.644	56.131	28.807	84.938
{ñ class}	14.431	13.927	28.358	5.813	4.661	10.474
Total	1.262.609	1.147.517	2.410.126	927.777	794.078	1.721.855

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

Conforme a tabela 13, no ano de 2006, na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos o total de trabalhadores/as era 446.060, sendo 193.254 (43,32%) homens e 252.806 (56,68%) mulheres; em 2016, era 694.145 o total de trabalhadores/as, sendo 303.797 (43,77%) homens e 390.348 (56,23%) mulheres; na faixa salarial de 1,51 a 4,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 623.149 o total de trabalhadores/as, sendo 353.578 (56,74%) homens e 269.571 (43,26%) mulheres; em 2016, era 911.568 o total de trabalhadores/as, sendo 520.319 (57,08%) homens e 391.249 (42,92%) mulheres; na faixa salarial de 4,01 a 10,00 salários mínimos o total de trabalhadores/as, no ano 2006, era 405.454, sendo 231.124 (57,00%) homens e 174.330 (43,00%) mulheres; no ano de 2016, era 512.671 o total de trabalhadores/as, sendo 264.369 (51,57%) homens e 248.302 (48,43%) mulheres; na faixa salarial 10,01 a 15,00 salários mínimos no ano 2006 era 106.938 o total de trabalhadores/as, sendo 58.884 (55,06%) homens e 48.054 (44,94%) mulheres; no ano de 2016, era 141.191 o total de trabalhadores/as, sendo 80.145 (56,76%) homens e 61.046 (43,24%) mulheres; na faixa salarial de 15,01 a 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 44.842 o total de trabalhadores/as, sendo 28.993 (64,66%) homens e 15.849 (35,34%) mulheres; no ano de 2016, era 55.549 o total de trabalhadores/as, sendo 35.507 (63,92%) homens e 20.042 (36,08%) mulheres; na faixa salarial mais de 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 84.938 o total de trabalhadores/as, sendo 56.131 (66,08%) homens e 28.807 (33,92%) mulheres; em 2016, o total de trabalhadores/as era 66.644, sendo 44.041 (66,08%) homens e 22.603 (33,92%) mulheres. Em ambos os anos, as

mulheres eram maioria na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos, e os homens na faixa salarial de 1,51 a mais de 20,00 salários mínimos.

Segundo a tabela 1, observamos que, a partir do ano de 2006, os homens são a maioria no setor de serviços. Neste mesmo setor, as mulheres são mais escolarizadas que os homens, conforme tabela 11. Do total da participação feminina, no ano 2016, predominou o ensino superior completo (incluindo o mestrado e o doutorado), apresentando 41,30% de participação em relação a 27,83% de participação masculina. O número de analfabetas, apresentado na tabela 12, representou, em 2016, 0,09% da população feminina inserida no setor de serviços em relação a 0,16% da participação masculina, conforme tabela 12. Novamente, registra-se que, pelo fato de apresentar maior nível de escolaridade que os homens, esperava-se que as mulheres, em um setor no qual são mais escolarizadas, tivessem uma remuneração mais igualitária em relação aos homens.

3.5 REGIÃO SUDESTE

A tabela 14 apresenta a participação total de trabalhadores/as, por grandes setores do IBGE (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária), nos anos de 2006 e 2016.

Tabela 14- Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE e sexo-Região Sudeste (2006-2016)

IBGE Gr Setor	2006				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	2.785.903	73,30	1.014.542	26,70	3.800.445
Construção Civil	701.239	92,78	54.578	7,22	755.817
Comércio	2.028.534	60,13	1.344.892	39,87	3.373.426
Serviços	4.882.834	51,14	4.665.603	48,86	9.548.437
Agropecuária	556.275	84,02	105.768	15,98	662.043
IBGE Gr Setor	2016				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	2.768.219	70,41	1.163.367	29,59	3.931.586
Construção Civil	899.698	89,89	101.229	10,11	1.000.927
Comércio	2.585.863	55,31	2.089.702	44,69	4.675.565
Serviços	6.021.512	47,73	6.595.284	52,27	12.616.796
Agropecuária	509.203	81,30	117.098	18,70	626.301

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com a Tabela 14, analisando os grandes setores do IBGE na região sudeste, nos anos 2006 e 2016, o setor da agropecuária ocupou a menor parte dos trabalhadores: em 2006, eram 662.043 trabalhadores, sendo 556.275 homens e 105.768 mulheres. No ano de 2016, houve uma redução no setor da agropecuária de 5,70%, totalizando 626.301 trabalhadores, sendo 509.203 homens e 117.098 mulheres. A menor participação feminina, em 2006, foi no setor da construção civil, totalizando 54.578 mulheres, apenas 7,22%; em 2016, mesmo crescendo 85,47%, a participação feminina na construção civil continuou sendo a menor participação dentre todos os setores. O setor de serviços aparece com o maior número de trabalhadores/as em ambos os anos: no ano 2006, eram 9.548.437 trabalhadores/as, sendo 4.882.834 homens e 4.665.603 mulheres; em 2016, com o crescimento de 32,13%, totalizavam 12.616.796 trabalhadores, sendo 6.021.512 homens e 6.595.284 mulheres. A participação feminina, de 2006 até 2016, cresceu 41,35%. No ano de 2006, predominava a participação masculina; no ano de 2016, predominou a participação feminina.

Segue a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e por faixa etária, conforme registrado na tabela 15.

Tabela 15- Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa etária – Região Sudeste (2006-2016)

Faixa Etária/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
10 A 17	37.761	36.874	74.635	42.947	33.459	76.406
18 A 29	1.416.723	1.572.441	2.989.164	1.461.845	1.359.411	2.821.256
30 A 49	3.196.539	3.644.649	6.841.188	2.599.376	2.548.767	5.148.143
50 A 65 OU MAIS	1.370.480	1.341.308	2.711.788	778.615	723.872	1.502.487
{ñ class}	9	12	21	51	94	145
Total	6.021.512	6.595.284	12.616.796	4.882.834	4.665.603	9.548.437

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com os dados apresentados acima, a faixa etária com maior participação no mercado de trabalho foi dos 30 aos 49 anos, em 2016, representando um total de 54,22%. Foi também a faixa etária com maior participação feminina e masculina no período em análise, de 2006-2016. Outra faixa etária que se destaca é 18 a 29 anos, com um total de 23,69% em 2016. Em 2006, a faixa

etária de 30 a 49 anos somou um total de 40,80% e, de 18 a 29 anos, 22,36%. A faixa etária de menor participação masculina e feminina no mercado é de 10 a 17 anos em todo o período em análise.

A tabela 16 traz a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade.

Tabela 16- Participação de trabalhadores/as setor de serviços, por sexo e escolaridade – Região Sudeste (2006-2016)

Escolaridade após 2005/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	11.571	5.611	17.182	21.648	12.251	33.899
Até 5ª Incompleto	136.558	77.448	214.006	197.322	95.087	292.409
5ª Completo Fundamental	196.822	109.513	306.335	371.671	185.364	557.035
6ª a 9ª Fundamental	320.416	201.460	521.876	476.160	239.074	715.234
Fundamental Completo	635.636	440.984	1.076.620	810.564	461.830	1.272.394
Médio Incompleto	360.427	270.311	630.738	366.613	254.246	620.859
Médio Completo	2.643.654	2.749.007	5.392.661	1.536.165	1.708.151	3.244.316
Superior Incompleto	235.035	306.192	541.227	217.936	286.654	504.590
Superior Completo	1.402.459	2.335.119	3.737.578	861.394	1.399.708	2.261.102
Mestrado	53.207	75.670	128.877	13.432	16.339	29.771
Doutorado	25.727	23.969	49.696	9.929	6.899	16.828
Total	6.021.512	6.595.284	12.616.796	4.882.834	4.665.603	9.548.437

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com a tabela 16, na participação masculina, destaca-se a predominância maior no ensino médio completo. Em 2006, somou um total de 1.536.165 e, em 2016, 2.643.654 trabalhadores, registrando um aumento de 72,09%, (1.107.489) ao longo do período 2006-2016. Os números de homens analfabetos diminuíram ao longo dos anos, em 2006, eram 21.648 e, em 2016, 11.571 trabalhadores, uma redução de 46,54% em relação ao ano de 2006.

A tabela apresenta a participação feminina e mostra uma predominância maior no ensino médio completo e ensino superior completo. Em 2006, eram 1.708.151 trabalhadoras com ensino médio completo e 1.399.708 com ensino

superior completo; em 2016, eram 2.749.007 trabalhadoras com ensino médio completo e 2.335.119 com ensino superior completo, evidenciando um crescimento de 60,93% com ensino médio completo e 66,82% com ensino superior completo; um crescimento bastante expressivo, mostrando que as mulheres são mais escolarizadas. Em ambos os anos, a participação masculina no doutorado é maior.

A tabela 17 apresenta a participação total masculina e feminina por faixa salarial.

Tabela 17- Participação trabalhadores/as ocupada no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Sudeste (2006-2016)

Faixa Remun Média (SM)/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0,50 A 1,50	1.266.434	2.344.598	3.611.032	926.511	1.367.761	2.294.272
1,51 A 4,00	3.106.638	2.823.829	5.930.467	2.448.642	1.990.024	4.438.666
4,01 A 10,00	1.105.323	1.047.743	2.153.066	1.027.597	978.150	2.005.747
10,01 a 15,00	217.437	168.564	386.001	186.733	152.946	339.679
15,01 a 20,00	96.294	61.004	157.298	95.716	64.074	159.790
Mais de 20,00	116.432	54.359	170.791	141.604	67.550	209.154
{ñ class}	112.954	95.187	208.141	56.031	45.098	101.129
Total	6.021.512	6.595.284	12.616.796	4.882.834	4.665.603	9.548.437

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

Conforme a tabela 17, no ano de 2006, na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos, o total de trabalhadores/as foi de 2.294.272, sendo 926.511 (40,38%) homens e 1.367.761 (59,62%) mulheres; em 2016, era 3.611.032 o total de trabalhadores/as, sendo 1.266.434 (35,07%) homens e 2.344.598 (64,93%) mulheres; na faixa salarial de 1,51 a 4,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 4.438.666 o total de trabalhadores/as, sendo 2.448.642 (55,17%) homens e 1.990.024 (44,83%) mulheres; em 2016, 5.930.467 foi o total de trabalhadores/as, sendo 3.106.638 (52,38%) homens e 2.823.829 (47,62%) mulheres; na faixa salarial de 4,01 a 10,00 salários mínimos o total de trabalhadores/as, no ano 2006, foi de 2.005.747, sendo 1.027.597 (51,23%) homens e 978.150 (48,77%) mulheres; no ano de 2016, somou um total de 2.153.066 trabalhadores/as, sendo 1.105.323 (51,38%) homens e 1.047.743 (48,62%) mulheres; na faixa salarial 10,01 a 15,00 salários mínimos, no ano 2006, era 339.679 o total de trabalhadores/as, sendo 186.733 (54,97%) homens e 152.946 (45,03%) mulheres; no ano de 2016, era 386.001 o total de trabalhadores/as, sendo 217.437 (56,33%) homens e 168.564 (43,67%)

mulheres; na faixa salarial de 15,01 a 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 159.790 o total de trabalhadores/as, sendo 95.716 (59,90%) homens e 64.074 (40,10%) mulheres; no ano de 2016, era 157.298 o total de trabalhadores/as, sendo 96.294 (61,22%) homens e 61.004 (38,78%) mulheres; na faixa salarial mais de 20,00 salários mínimos no ano de 2006, era 209.154 o total de trabalhadores/as, sendo 141.604 (67,70%) homens e 67.550 (32,30%) mulheres; em 2016, o total de trabalhadores/as era 170.791, sendo 116.432 (68,17%) homens e 54.359 (31,83%) mulheres. Em ambos os anos, as mulheres eram maioria na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos, e os homens na faixa salarial de 1,51 a mais de 20,00 salários mínimos.

Segundo a tabela 1, observamos que, a partir do ano de 2006 até 2008, os homens eram a maioria no setor de serviços. Neste mesmo setor, do ano 2009 até 2016, as mulheres são a maioria e mais escolarizadas que os homens, conforme tabela 16. Do total da participação feminina, no ano 2016, predominou o ensino superior completo (incluindo o mestrado e o doutorado), apresentando 36,91% de participação em relação a 24,60% de participação masculina. O número de analfabetas, apresentado na tabela 16, representou, em 2016, 0,08% da população feminina inserida no setor de serviços em relação a 0,19% da participação masculina, conforme tabela 16. De igual modo, os dados mostram que o aumento da escolaridade das trabalhadoras, em um setor no qual são a maioria mais escolarizada, não garante uma remuneração mais igualitária em relação aos homens.

3.6 REGIÃO SUL

A tabela 18 apresenta a participação total de trabalhadores/as, por grandes setores do IBGE (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária), nos anos de 2006 e 2016.

Tabela 18- Participação de trabalhadores/as por grandes setores do IBGE- Região Sul (2006-2016)

IBGE Gr Setor	2006				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	1.178.390	66,89	583.241	33,11	1.761.631
Construção Civil	178.787	93,86	11.691	6,14	190.478
Comércio	683.250	57,78	499.526	42,22	1.182.776
Serviços	1.335.600	47,19	1.494.433	52,81	2.830.033
Agropecuária	172.077	83,71	33.496	16,29	205.573
IBGE Gr Setor	2016				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
Indústria	1.279.042	64,41	706.713	35,59	1.985.755
Construção Civil	287.420	91,33	27.300	8,67	314.720
Comércio	925.081	53,90	791.099	4,61	1.716.180
Serviços	1.707.938	44,45	2.134.388	55,55	3.842.326
Agropecuária	187.490	80,49	45.440	19,51	232.930

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com a Tabela 18, no que diz respeito aos grandes setores do IBGE na região sul, nos anos 2006 e 2016, destaca-se que, no ano 2006, o setor da construção civil ocupou a menor parte dos/as trabalhadores/as, foram 190.478 trabalhadores/as, sendo 178.787 homens e 11.691 mulheres. Igualmente, foi o setor que registrou a menor participação feminina dentre os setores, totalizando 11.691 mulheres, apenas 6,13% da população total ocupada. Mesmo com o crescimento de 65,22% no setor da construção civil, continuou sendo a menor participação feminina dentre os setores, eram 27.300 trabalhadoras, apenas 8,67% do total da população ocupada. No ano de 2016, o setor da agropecuária ocupou a menor parte dos trabalhadores/as, eram 232.930, sendo 187.490 homens e 45.440 mulheres. O setor de serviços aparece com o maior número de trabalhadores/as em ambos os anos: no ano 2006, eram 2.830.033 trabalhadores/as, sendo 1.335.600 homens e 1.494.433 mulheres; em 2016, com o crescimento de 35,76%, totalizou 3.842.326 trabalhadores, sendo 1.707.938 homens e 2.134.388 mulheres. A participação feminina no setor, de 2006 até 2016, cresceu 42,82%.

Na sequência, apresenta-se a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo e por faixa etária, conforme registrado na tabela 19.

Tabela 19- Participação de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo faixa etária –Região Sul (2006-2016)

Faixa Etária/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
10 A 17	12.247	11.963	24.210	11.227	8.620	19.847
18 A 29	412.005	502.346	914.351	380.883	409.507	790.390
30 A 49	892.668	1.184.562	2.077.230	717.364	866.804	1.584.168
50 A 65 OU MAIS	391.016	435.515	826.531	226.111	209.485	435.596
{ñ class}	2	2	4	15	17	32
Total	1.707.938	2.134.388	3.842.326	1.335.600	1.494.433	2.830.033

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com os dados apresentados acima, a faixa etária com maior participação no setor de serviços foi dos 30 aos 49 anos. Em 2016, representou um total de 54,06%, é, também, foi a faixa etária com maior participação feminina e masculina no período em análise, de 2006-2016. Outra faixa etária que se destaca é 18 a 29 anos, representando um total de 23,79%, em 2016. Em 2006, a faixa etária de 30 a 49 anos somou um total de 55,97% e, de 18 a 29 anos, 27,92%. A faixa etária de menor participação masculina e feminina no mercado foi de 10 a 17 anos em todo o período em análise.

A tabela 20 traz a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade.

Tabela 20- Participação trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e escolaridade – Região Sul (2006-2016)

Escolaridade após 2005/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	2.874	2.127	5.001	4.365	3.331	7.696
Até 5ª Incompleto	39.807	22.770	62.577	52.267	25.363	77.630
5ª Completo Fundamental	43.048	33.965	77.013	76.491	55.642	132.133
6ª a 9ª Fundamental	99.233	73.666	172.899	137.856	87.623	225.479
Fundamental Completo	180.792	150.072	330.864	217.881	153.620	371.501
Médio Incompleto	105.622	85.940	191.562	108.800	81.261	190.061
Médio Completo	701.543	796.205	1.497.748	412.545	501.741	914.286
Superior Incompleto	86.996	128.559	215.555	72.650	101.477	174.127
Superior Completo	419.985	806.003	1.225.988	245.904	476.463	722.367
Mestrado	19.254	26.207	45.461	4.451	6.176	10.627
Doutorado	8.784	8.874	17.658	2.390	1.736	4.126
Total	1.707.938	2.134.388	3.842.326	1.335.600	1.494.433	2.830.033

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

De acordo com a tabela 20, na participação masculina, ocorreu uma predominância maior no ensino médio completo. Em 2006, eram 914.286 trabalhadores e, em 2016, 1.497.748, evidenciando um aumento de 63,82%(583.462) no setor ao longo do período 2006-2016. Os números de trabalhadores analfabetos diminuíram ao longo dos anos, em 2006 eram 4.365 e, em 2016, 2.874, uma redução de 34,15% em relação a 2006.

A tabela apresenta a participação feminina e mostra uma predominância maior no ensino médio completo e ensino superior completo. Em 2006, eram 501.741 trabalhadoras com ensino médio completo e 476.463 com ensino superior completo; em 2016, eram 796.205 trabalhadoras com ensino médio completo e 806.003 com ensino superior completo. Evidencia-se um crescimento de 58,68% de trabalhadoras com ensino médio completo, e 69,16% com ensino superior completo, um crescimento bastante expressivo, mostrando que as mulheres são mais escolarizadas.

A tabela 21 apresenta a participação total masculina e feminina por faixa salarial.

Tabela 21- Participação trabalhadores/as ocupada no setor de serviços, por sexo e faixa salarial – Região Sul (2006-2016)

Faixa Remun Média (SM)/Ano	2016			2006		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0,50 A 1,50	298.788	629.598	928.386	237.333	441.753	679.086
1,51 A 4,00	941.731	1.037.550	1.979.281	680.170	702.662	1.382.832
4,01 A 10,00	310.941	342.612	653.553	278.965	262.863	541.828
10,01 a 15,00	63.204	49.732	112.936	54.976	38.847	93.823
15,01 a 20,00	26.488	18.379	44.867	30.942	17.147	48.089
Mais de 20,00	29.598	14.246	43.844	36.333	16.147	52.480
{ñ class}	37.188	42.271	79.459	16.881	15.014	31.895
Total	1.707.938	2.134.388	3.842.326	1.335.600	1.494.433	2.830.033

Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

Conforme a tabela 21, no ano de 2006, na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos, somou um total de 679.086 trabalhadores/as, sendo 237.333 (34,95%) homens e 441.753 (65,05%) mulheres; em 2016, era 928.386 o total de trabalhadores/as, sendo 298.788 (32,18%) homens e 629.598 (67,82%) mulheres;

na faixa salarial de 1,51 a 4,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 1.382.832 o total de trabalhadores/as, sendo 680.170 (49,19%) homens e 702.662 (50,81%) mulheres; em 2016, era 1.979.281 o total de trabalhadores/as, sendo 941.731 (47,58%) homens e 1.037.550 (52,42%) mulheres; na faixa salarial de 4,01 a 10,00 salários mínimos o total de trabalhadores/as, no ano 2006, era 541.828, sendo 278.965 (51,49%) homens e 262.863 (48,51%) mulheres; no ano de 2016, era 653.553 o total de trabalhadores/as, sendo 310.941 (47,58%) homens e 342.612 (52,42%) mulheres; na faixa salarial 10,01 a 15,00 salários mínimos, no ano 2006, era 93.823 o total de trabalhadores/as, sendo 54.976 (58,60%) homens e 38.847 (41,40%) mulheres; no ano de 2016, era 112.936 o total de trabalhadores/as, sendo 63.204 (55,96%) homens e 49.732 (44,04%) mulheres; na faixa salarial de 15,01 a 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 48.089 o total de trabalhadores/as, sendo 30.942 (64,34%) homens e 17.147 (35,66%) mulheres; no ano de 2016, era 44.867 o total de trabalhadores/as, sendo 26.488 (59,04%) homens e 18.379 (40,96%) mulheres; na faixa salarial mais de 20,00 salários mínimos, no ano de 2006, era 52.480 o total de trabalhadores/as, sendo 36.333 (69,23%) homens e 16.147 (30,77%) mulheres; em 2016, o total de trabalhadores/as era 43.844, sendo 29.598 (67,51%) homens e 14.246 (32,49%) mulheres. No ano de 2006, as mulheres eram maioria na faixa salarial de 0,50 a 4,00 salários mínimos, e os homens na faixa salarial de 4,01 a mais de 20,00 salários mínimos; no ano de 2016, as mulheres eram maioria nas faixas de 0,50 a 10,00 salários mínimos, os homens eram maioria nas faixas de 10,01 a mais de 20,00 salários mínimos.

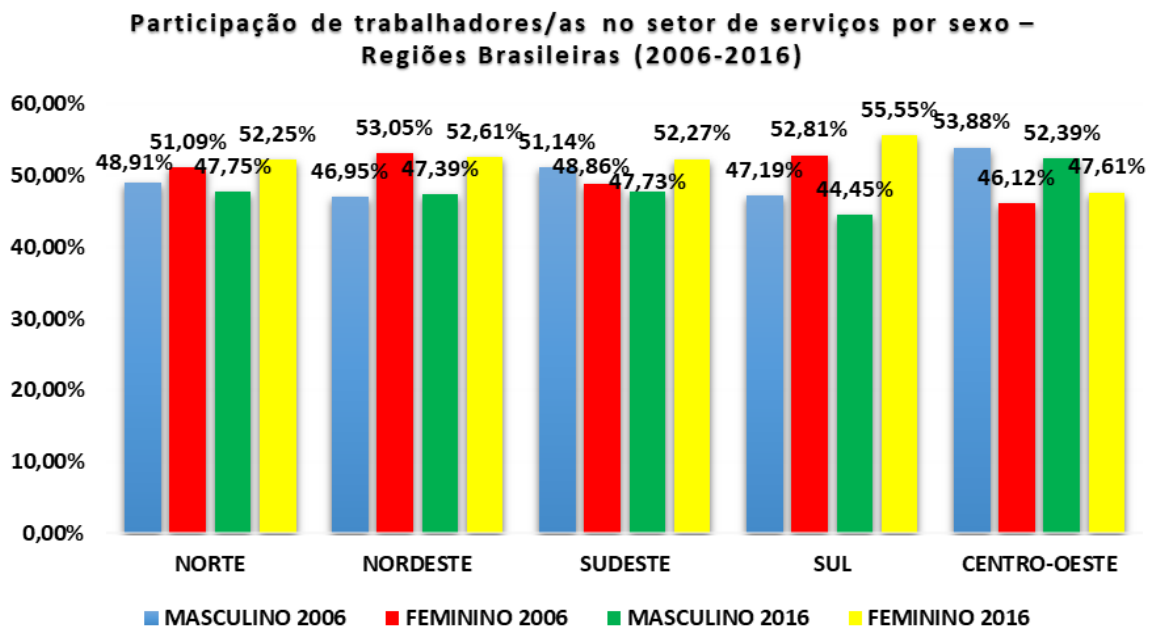
Segundo a tabela 1, observamos que, a partir do ano de 2006, as mulheres são a maioria no setor de serviços. Neste mesmo setor, elas também são mais escolarizadas que os homens, conforme tabelas 20. Do total da participação feminina, no ano 2016, predominou o ensino superior completo (incluindo o mestrado e o doutorado), apresentando 39,40% de participação em relação a 26,23% de participação masculina. O número de analfabetas, apresentado na tabela 19, representou, em 2016, 0,09% da população feminina inserida no setor de serviços em relação a 0,16% da participação masculina, conforme tabela 20. Como nas demais regiões, na região sul, o maior nível de escolaridade das trabalhadoras em um setor no qual são a maioria e mais escolarizadas, também, não resultou em uma remuneração mais igualitária em relação aos homens.

3.7 SÍNTESE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS INDICADORES POR REGIÕES BRASILEIRAS E DISCUSSÃO A PARTIR DE OUTROS ESTUDOS EMPÍRICOS

3.7.1 Participação total de trabalhadores/as por sexo

Conforme apresentado na tabela 1, a participação de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo, por regiões brasileiras, no período de 2006-2016, apresenta os seguintes índices e gráfico:

Gráfico 1 - Participação de trabalhadores/as no setor de serviços por sexo - Regiões Brasileiras (2006-2016)



Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

(1) a **Região Sudeste** ficou em primeiro lugar na quantidade de trabalhadores/as no setor de serviços, no ano 2006, eram 9.548.437 o total de trabalhadores/as, sendo 4.882.834 (51,14%) homens e 4.665.603 (48,86%) mulheres; no ano 2016, eram 12.616.796 o total de trabalhadores/as, sendo 6.021.512 (47,73%) homens e 6.595.284 (52,27%) de mulheres;

(2) a **Região Nordeste** ficou em segundo lugar, no ano 2006, eram 3.772.189 o total de trabalhadores/as, sendo 1.770.869 (46,95%) homens e 2.001.320 (53,05%) mulheres; já no ano 2016, eram 5.099.868 o total de trabalhadores/as, sendo 2.417.001 (47,39%) homens e 2.682.867 (52,61%) de mulheres;

(3) a **Região Sul** ficou em terceiro lugar, no ano 2006, eram 2.830.033 o total de trabalhadores/as, sendo 1.335.600 (47,19%) homens e 1.494.433 (52,81%) mulheres; ano 2016, eram 3.842.326 o total de trabalhadores/as, sendo 1.707.938 (44,45%) homens e 2.134.388 (55,55%) de mulheres;

(4) a **Região Centro-Oeste** ficou em quarto lugar, no ano 2006, eram 1.721.855 o total de trabalhadores/as, sendo 927.777 (53,88%) homens e 794.078 (46,12%) mulheres; já no ano 2016, eram 2.410.126 o total de trabalhadores/as, sendo 1.262.609 (52,39%) homens e 1.147.517 (47,61%) de mulheres;

(5) a **Região Norte** ficou em quinto e último lugar, no ano 2006, eram 1.079.182 o total de trabalhadores/as, sendo 527.846 (48,91%) homens e 551.336 (51,09%) mulheres; já no ano 2016, eram 1.565.776 o total de trabalhadores/as, sendo 747.781 homens (47,75%) e 817.995 (52,25%) de mulheres.

No ano de 2006, a Região Nordeste ficou em primeiro lugar no percentual de participação feminina, sendo 53,05%; em segundo a Região Sul com 52,81% de mulheres; terceiro a Região Norte com 51,09% de mulheres, a Região Sudeste em quarto, com 48,86%, e em último a Região Centro-Oeste, com 46,12%. Já no ano de 2016, a Região Sul fica em primeiro lugar com 55,55% de participação feminina; em segundo a Região Nordeste, com 52,61%; em terceiro a Região Sudeste, com 52,27%; em quarto a Região Norte, com 52,25%; e em último a Região Centro-Oeste com 47,61% de participação feminina.

Conforme já citado “o setor de serviços, que correspondia por 49,3% em 1985, elevou sua participação para 54,5% em 1995, e em 2008 já respondia por 61,2% do emprego total do país (PNDA/IBGE).” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.27). Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2016, p.5), o significativo aumento da participação de trabalhadores/as setor de serviços é mundial:

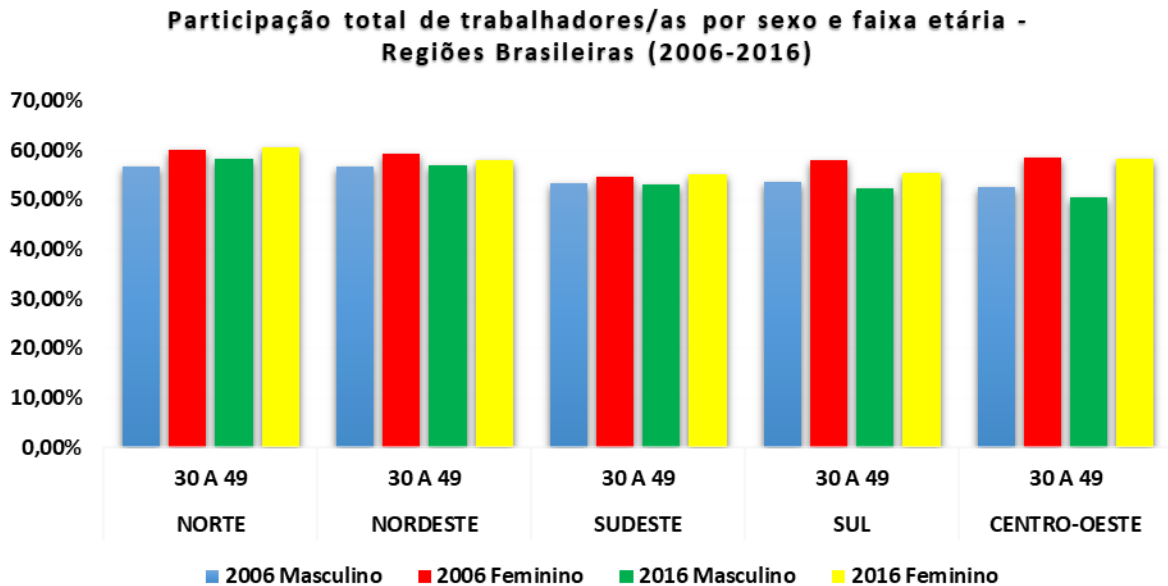
Globalmente, o sector dos serviços ultrapassou o da agricultura enquanto sector que emprega o maior número de homens e de mulheres. Até 2015, um pouco mais de metade da população mundial estava a trabalhar nos serviços (50,1 por cento). Enquanto 42,6 por cento do total dos homens trabalha nos serviços, consideravelmente mais de metade das mulheres do mundo está empregada neste sector. Desde 1995, o emprego das mulheres nos serviços aumentou de 41,1 por cento para 61,5 por cento. (OIT, 2016, p.5).

Os dados das regiões brasileiras pesquisadas vêm ao encontro do aumento da participação de trabalhadoras/es em âmbito global. Além disso, destaca uma maior participação de trabalhadoras em relação aos trabalhadores.

3.7.2 Participação total de trabalhadores/as por sexo e faixa etária

O gráfico 2 traz a participação total de trabalhadores/as no setor de serviços, por sexo e faixa etária.

Gráfico 2 - Participação total de trabalhadores/as por sexo e faixa etária - Regiões Brasileiras (2006-2016)



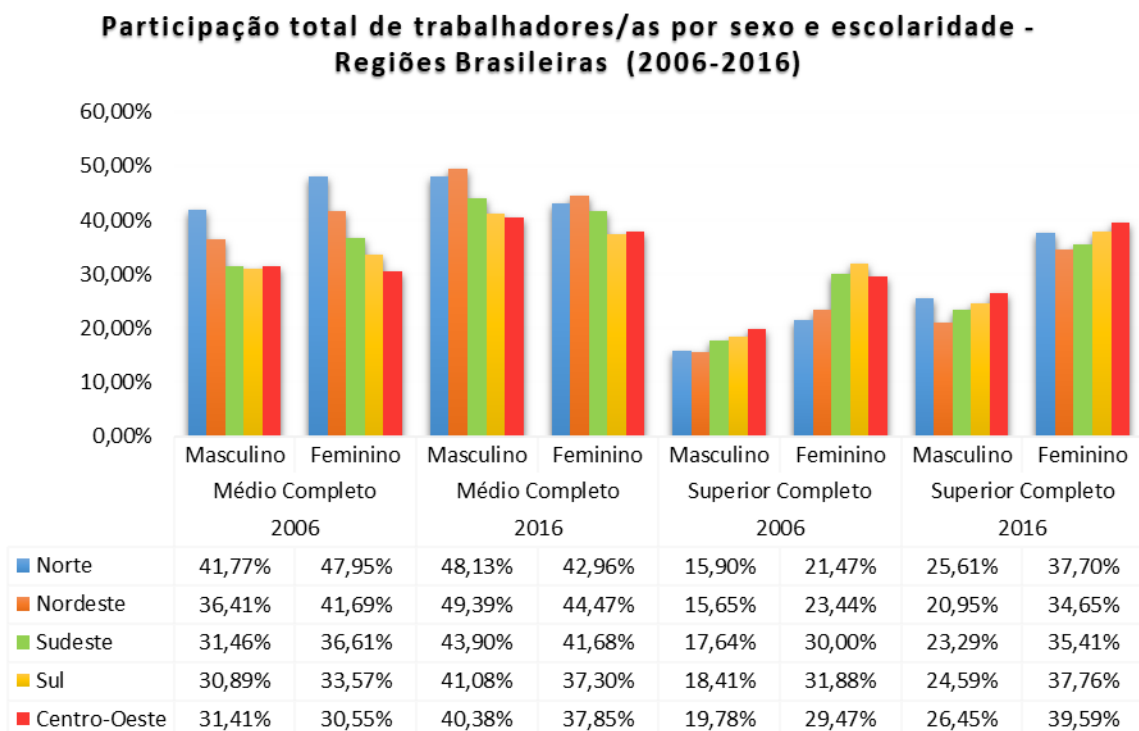
Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

A faixa etária com maior participação no mercado em todas as regiões em análise foi a de 30 a 49 anos, todos com percentuais acima de 50%, a média das regiões é de 55,68% do total de trabalhadores/as tem essa faixa etária. A faixa etária com menor participação masculina e feminina em todas as regiões foi de 10 a 17 anos, que está mais para 14 anos a 17 anos, como já destacado, tendo em vista programas brasileiros de inserção de jovens como aprendizes em empresas. Segundo MELO; DI SABBATO (2011, p.31): “Aparentemente, o mercado de trabalho brasileiro é muito jovem: 53,6% das pessoas ocupadas estão compreendidas nas faixas etárias de 18 a 39 anos, sendo que as mulheres jovens adultas apresentam uma taxa de participação ligeiramente maior, 54,3%”.

3.7.3 Participação total de trabalhadores/as por sexo e escolaridade

O gráfico abaixo apresenta a participação total trabalhadores/as por sexo e escolaridade, por regiões brasileiras nos anos de 2006-2016.

Gráfico 3 - Participação total de trabalhadores/as por sexo e escolaridade – Regiões Brasileiras (2006-2016)



Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

A escolaridade que predominou em todas as regiões analisadas foi a de médio completo, mas destaca-se em todas as regiões o ensino superior completo, mestrado e doutorado. Conforme já citado, a análise realizada por Melo e Di Sabbato (2011, p.33), por setor econômico, revela que “as mulheres com instrução superior são 53,7% das pessoas ocupadas neste nível de instrução, o que atesta a maior escolaridade do sexo feminino em relação ao masculino.” No ano de 2006, a Região Sul apresentou um número maior de trabalhadoras mais escolarizadas, sendo 31,88% com o superior completo, 0,41% mestrado e 0,12% doutorado; Região Sudeste 30,00% superior completo; 0,35% mestrado e 0,15% doutorado; Região Centro-Oeste 29,47% superior completo; 0,36% mestrado e 0,08% doutorado; Região Nordeste 23,44% superior completo; 0,57% mestrado e 0,05%

doutorado; e por último a Região Norte, com 21,47% superior completo, 0,14% mestrado e 0,02% doutorado.

Sobre a participação masculina no ano 2006, a Região Centro-Oeste apresentou um número maior de trabalhadores mais escolarizados, sendo 19,78% superior completo, 0,36% mestrado e 0,12% doutorado; Região Sul 18,41% superior completo, 0,33% mestrado e 0,18% doutorado; Região Sudeste 17,64% superior completo, 0,28% mestrado e 0,20% doutorado; Região Norte 15,90% superior completo, 0,16% mestrado e 0,06% doutorado; e por último a Região Nordeste, com 15,65% superior completo, 0,44% mestrado e 0,07% doutorado.

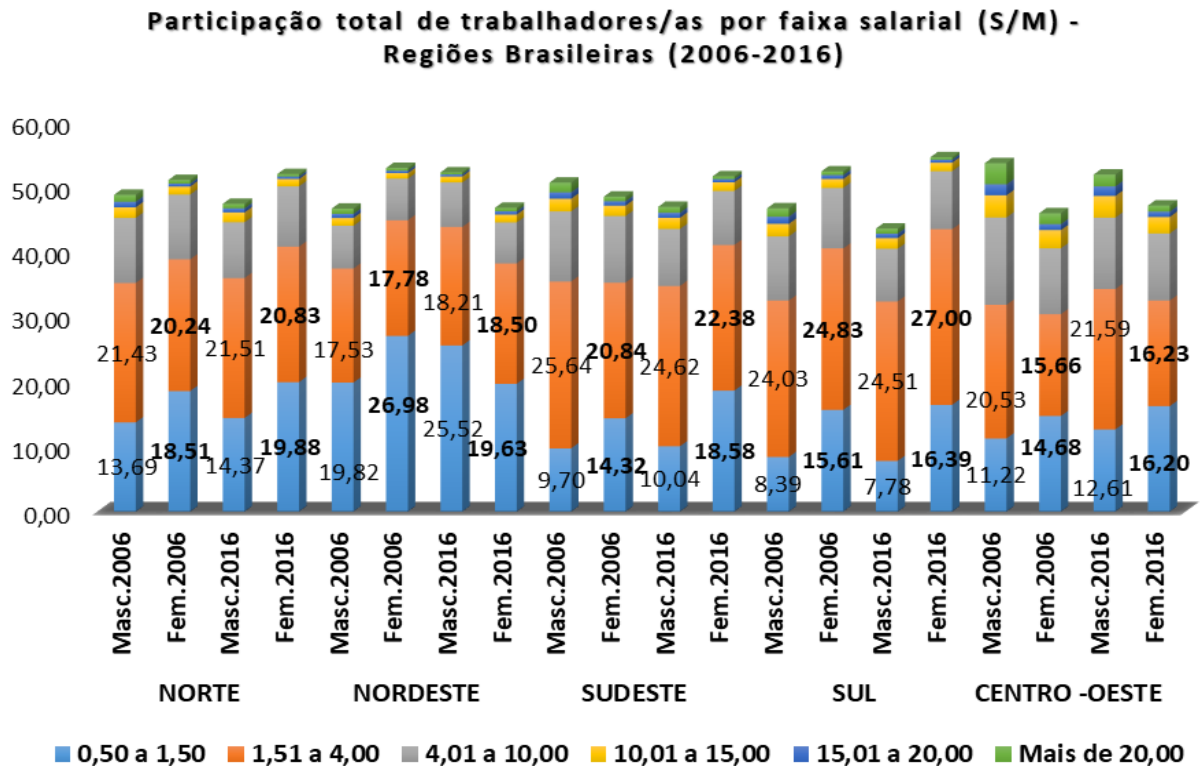
No ano de 2016, a Região Centro-Oeste apresentou um número maior de trabalhadoras mais escolarizadas, com 39,59% superior completo, 1,32% mestrado e 0,39% doutorado; a Região Sul 37,76% superior completo, 1,23% mestrado e 0,42% doutorado; Região Norte 37,70% superior completo, 0,78% mestrado e 0,19% doutorado; Região Sudeste 35,41% superior completo, 1,15% mestrado e 0,36% doutorado e por último a Região Nordeste com 34,65% superior completo, 1,51% mestrado e 0,30% doutorado.

No ano de 2016, a Região Centro-Oeste novamente apresentou um número de trabalhadores mais escolarizados, com 26,45% superior completo, 1,03% mestrado e 0,36% doutorado; Região Norte 25,61% superior completo, 0,70% mestrado e 0,25% doutorado; Região Sul 24,59% superior completo, 1,13% mestrado e 0,51% doutorado; Região Sudeste 23,29% superior completo, 0,88% mestrado e 0,43% doutorado; e por último a Região Nordeste, com 20,95% superior completo, 1,02% mestrado e 0,29% doutorado.

3.7.4 Participação total de trabalhadores/as por faixa salarial (S/M)

O gráfico abaixo apresenta a participação total trabalhadores/as por sexo e faixa salarial, desagregada e comparada por regiões brasileiras nos anos de 2006-2016.

Gráfico 4 - Participação total de trabalhadores/as por sexo e faixa salarial – Regiões Brasileiras (2006-2016)



Fonte: RAIS (BRASIL, 2006-2016).

A Faixa Salarial que predominou na **Região Centro-Oeste** e na **Região Sudeste** em ambos os anos analisados, foi a de 0,50 a 1,50 salários mínimos para as trabalhadoras, e para os trabalhadores foi de 1,51 a mais de 20,00 salários mínimos. Nos salários, verificam-se os baixos rendimentos da população feminina. A análise realizada por Melo e Di Sabbato (2011, p.38), por setor econômico, revela que “a questão é mais dramática para o sexo feminino, que tem 48,5% das trabalhadoras ganhando até um salário mínimo.” Quando a faixa salarial é aumentada para até dois salários mínimos, “esta taxa de participação para as mulheres fica em 78,6% e para os homens em 64,5%.” (MELO; DI SABBATO, 2011, p.38).

Na **Região Norte**, no ano de 2006, as mulheres eram maioria na faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos, e os homens na faixa salarial de 1,51 a mais de 20,00 salários mínimos; no ano de 2016, as mulheres eram maioria nas faixas de 0,50 a 1,50 e 4,01 a 10,00 salários mínimos, os homens eram maioria nas faixas de 1,51 a 4,00 salários mínimos, e de 10,01 a mais de 20,00 salários mínimos.

Na **Região Nordeste** no ano de 2006, as mulheres eram maioria na faixa salarial de 0,50 a 4,00 salários mínimos, e os homens na faixa salarial de 4,01 a mais de 20,00 salários mínimos; no ano de 2016, as mulheres eram maioria nas faixas de 0,50 a 1,50 e 4,01 a 10,00 salários mínimos, os homens eram maioria nas faixas de 1,51 a 4,00 salários mínimos, e de 10,01 a mais de 20,00 salários mínimos.

Na **Região Sul** no ano de 2006, as mulheres eram maioria na faixa salarial de 0,50 a 4,00 salários mínimos, e os homens na faixa salarial de 4,01 a mais de 20,00 salários mínimos; no ano de 2016, as mulheres eram maioria nas faixas de 0,50 a 10,00 salários mínimos, os homens eram maioria nas faixas de 10,01 a mais de 20,00 salários mínimos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo descrever como ocorreu a participação de trabalhadoras no setor de serviços no período de 2006-2016, por regiões brasileiras. Durante a pesquisa, identificou-se que, no ano de 2006, três regiões brasileiras tinham um percentual maior da participação feminina no setor em estudo: a Região Nordeste com 53,05%; a Região Sul com 52,81% e a Região Norte com 51,09% de mulheres. Já no ano de 2016, aumentam as regiões e também os percentuais, sendo agora quatro regiões: a Região Sul com 55,55% de participação feminina; a Região Nordeste, com 52,61%; a Região Sudeste, com 52,27% e a Região Norte, com 52,25% de mulheres. Com isso, no que se refere à população total ocupada no setor, verificou-se que as mulheres são a grande maioria em quase todas as regiões e, apenas na região Centro-Oeste, a participação feminina é menor.

A faixa etária com maior participação no mercado em todas as regiões em análise foi a de 30 a 49 anos, todos com percentuais acima de 50% e a média das regiões é de 55,68% do total de trabalhadores/as. A faixa etária com menor participação masculina e feminina em todas as regiões foi de 10 a 17 anos, que está mais para 14 anos a 17 anos.

A escolaridade que predominou em todas as regiões analisadas foi a de ensino médio completo, mas destaca-se em todas as regiões o ensino superior completo, mestrado e doutorado. Como evidenciado na literatura, foi possível observar que as mulheres são mais escolarizadas que os homens, com percentuais acima em todas as regiões analisadas. Em destaque, no ano de 2006, na Região Sul, as mulheres com 31,88% superior completo, 0,41% mestrado e 0,12% doutorado e os homens, na Região Centro-Oeste, com 19,78% superior completo, 0,36% mestrado e 0,12% doutorado. No ano de 2016, na Região Centro-Oeste, as mulheres com 39,59% superior completo, 1,32% mestrado e 0,39% doutorado e os homens com 26,45% superior completo, 1,03% mestrado e 0,36% doutorado.

Mesmo sendo a maioria em quase todas as regiões e mais escolarizadas, os salários das trabalhadoras são menores que os dos trabalhadores. Na **Região Centro-Oeste** e na **Região Sudeste**, em ambos os anos analisados, predominou a faixa salarial de 0,50 a 1,50 salários mínimos para as trabalhadoras; para os trabalhadores, predominou de 1,51 a mais de 20,00 salários mínimos.

Para pesquisas futuras, entre outras possibilidades, sugere-se calcular a probabilidade de remuneração entre homens e mulheres no setor de serviços, correlacionar aspectos relacionados ao aumento de escolaridade e a participação de trabalhadoras no mercado de trabalho, investigar a participação de trabalhadoras por subsetores do setor de serviços, tais como a educação e saúde.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. Participação feminina na força de trabalho brasileira: evolução e determinantes. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo Regime Demográfico**: Uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio De Janeiro: IPEA, 2014. p. 407-467. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23975>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho/Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS** (2006-2016). Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; BARONE, Leonardo Sangali. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n.90, p. 17-39, fevereiro/2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n90/0102-6909-rbcsoc-31-90-0017.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2017.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. **São Paulo em perspectiva**. v.8, n.1, p.2-12, janeiro/março/ 1994. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico** de 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>

KON, Anita. Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1 (105), p. 130-146, janeiro/março/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000100007&script=sci_abstract>. Acesso em: 15 set. 2017.

KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2 (74), p. 64-83, 1999.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do**

Ceam, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/14758/10603> Acesso em: 11 mar. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, 2016. Capítulo V – O processo de trabalho, p. 326-337.

MELO, Hildete Pereira de et al. O setor serviços no Brasil: uma visão global — 1985/95. **Texto para Discussão Nº 549**. p. 3-8, Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0549.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. A estrutura econômica num prisma de gênero- PNDA/IBGE 2008. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 1, p.23-59, 2011. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/393/297>>. Acesso em: 11 mar.2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mulheres no trabalho: tendências 2016**. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457096.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

VIANNA, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras: Uma análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013. p.159-180. Disponível em: <http://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/trabalhadoras.pdf>. Acesso em: 20 mar.2018.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Introdução – Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras: Uma análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013. p.31-65. Disponível em: <http://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/trabalhadoras.pdf>. Acesso em: 20 mar.2018.